

REVISTA

NECAT



PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

● ANO 1, NÚMERO 1
JAN-JUN DE 2012

A crise econômica
e suas repercussões no Brasil
Rabah Benakouche

Economia Catarinense:
crescimento com desigualdades
e concentração regional e setorial
Lauro Mattei
Fabiano Rodolfo
Felipe Felk Teixeira

Perspectivas do setor externo
catarinense diante da crise
econômica internacional
Mohamed Amal

Trajetória recente do setor industrial
catarinense: uma análise com
base nos dados de produção física
Felipe Felk Teixeira
Fabiano Rodolfo

Aspectos gerais da demografia
catarinense na primeira década
do século XXI
Beatriz Tamaso Miotto

Panorama do mercado formal de trabalho
em Santa Catarina no ano de 2011
Leandro dos Santos
Pietro Caldeirini Aruto

Breve panorama da situação
socioeconômica de Santa Catarina
Sidnei Niederle
Lauro Mattei



Editorial	3
A crise econômica e suas repercussões no Brasil	5
Rabah Benakouche	
Economia Catarinense: crescimento com desigualdades e concentração regional e setorial.....	10
Lauro Mattei	
Fabiano Rodolfo	
Felipe Felk Teixeira	
Perspectivas do setor externo catarinense diante da crise econômica internacional ...	20
Mohamed Amal	
Trajectoria recente do setor industrial catarinense: uma análise com base nos dados de produção física	24
Felipe Felk Teixeira	
Fabiano Rodolfo	
Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI	33
Beatriz Tamasso Miotto	
Panorama do mercado formal de trabalho em Santa Catarina no ano de 2011	39
Leandro dos Santos	
Pietro Caldeirini Aruto	
Breve panorama da situação socioeconômica de Santa Catarina	46
Sidnei Niederle	
Lauro Mattei	

EDITORIAL

No ano de 2011 foi criado o Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT) da UFSC com o objetivo de realizar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica do estado de Santa Catarina, considerando-se que nesse estado inexistia um órgão estadual específico para esta finalidade como é observado nas demais unidades da federação da região Centro-Sul do país.

Fazem parte do referido núcleo professores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento ligados a várias universidades, bem como profissionais das áreas de economia, história, geografia e sociologia que estão atuando em órgãos públicos estaduais e federais. Também fazem parte da equipe estudantes regulares de graduação da UFSC.

Esta Revista NECAT (eletrônica) inaugura as publicações do referido núcleo, cuja periodicidade será quadrimestral. Além de ser o primeiro, este é um número especial porque procura fazer um balanço da sócioeconomia catarinense em 2011, tanto agregadamente como em diversas esferas específicas, porém sem deixar de olhar para os fatos do mundo e do país onde SC se insere. Todos os artigos são assinados por membros do NECAT ou por professores e pesquisadores convidados.

O ponto de partida é um olhar sobre o panorama mundial atual. Para tanto, o artigo do professor Rabah Benacouche discute o contexto atual da crise econômica e seus possíveis reflexos sobre a economia brasileira. Na sequência o artigo assinado pelo professor Lauro Mattei e pelos pesquisadores Fabiano Rodolfo e Felipe Wolk Teixeira apresenta e discute os principais agregados macroeconômicos de SC, com ênfase na evolução do PIB e da participação dos setores de atividade.

A economia de Santa Catarina está crescentemente articulada à economia brasileira e mundial. Sendo assim, o artigo assinado pelo professor Mohamed Amal analisa a inserção externa da economia catarinense no período recente, chamando atenção para as possíveis dificuldades do comércio internacional de SC à crise internacional. Este trabalho é seguido por artigo assinado pelos pesquisadores Fabiano Rodolfo e Felipe Wolk Teixeira que analisam a situação da indústria catarinense frente a um cenário nacional marcado por um processo que está sendo chamado por alguns analistas de “desindustrialização”.

Mas sabemos que toda esta dinâmica econômica é feita por pessoas. Assim, os três próximos artigos tratam de aspectos sociodemográficos de SC. O primeiro deles, assinado por Beatriz Mioto, apresenta uma abordagem sobre a dinâmica populacional recente do estado. Já o artigo seguinte, assinado por Leandro dos Santos e Pietro Caldeirini Aruto analisa a dinâmica do mercado formal de trabalho, destacando-se a forte expansão deste tipo de ocupação ocorrida no ano de 2011. Finalmente, o último artigo assinado pelo professor Lauro Mattei e pelo pesquisador Sidnei Niederle discute a realidade social de SC tomando como referência o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, momento em que são mostradas algumas contradições que persistem no estado.

Com isso, a equipe do NECAT espera estar dando uma contribuição para o avanço do conhecimento sobre a realidade socioeconômica catarinense.

Florianópolis (SC), março de 2012.

Os editores

A CRISE ECONÔMICA E SUAS REPERCUSSÕES NO BRASIL

Rabah Benakouche¹

Até recentemente as dívidas pública e externa eram tidas como coisas do Terceiro Mundo, porém sempre integraram a história dos países mais ricos e hoje estão no centro do drama vivido pela economia mundial. Seu montante é colossal no presente, tanto quanto o foi no passado. Suas verdadeiras faces foram reveladas pelo *Tsunami* financeiro que atingiu todos os países europeus após a crise americana de 2007-09. Desde então, descobriu-se que quase a totalidade do Primeiro Mundo vive bem acima de suas reais condições econômicas.

Por exemplo, quando se fala de endividamento da Europa, imediatamente se pensa nos países pobres e pequenos. De fato, suas dívidas são colossais, tanto que a dívida externa total bruta da Grécia (somando a dívida pública e a privada), em junho de 2010, era de US\$ 532,9 bilhões, ou seja, 174% do PIB e de US\$ 47.636/habitante. Já a dívida da Irlanda era de US\$ 2.253 bilhões, ou seja, 1.103% do PIB, e de US\$ 503.914/habitante. A dívida de Portugal era de US\$ 497,8 bilhões, ou 217% do PIB e de US\$ 47.636/habitante. Finalmente, a dívida da Espanha era de US\$ 2.166 bilhões, ou seja, 154% do PIB e 47.068/habitante. Essa lista, todavia, é bem mais extensa quando se inclui todos os países europeus, do Norte e do Sul².

Entre os países do Norte destacam-se, paradoxalmente, as maiores economias que estão altamente endividadas. Aí estão as cifras da dívida externa total bruta da Alemanha: US\$ 4.713 bilhões, ou seja, 142% do PIB e US\$ 57.755/habitante. No que tange a França, a dívida era de US\$ 4.700 bilhões, ou 182% do PIB e US\$ 74.600/habitante. No Reino Unido era de US\$ 8.981 bilhões, ou 400% do PIB e US\$ 144.338/habitante. Finalmente, na Itália era de US\$ 2.223 bilhões, ou 108% do PIB e US\$ 36.841/habitante. Para o conjunto da União Europeia, as cifras são de US\$ 13.720 bilhões, ou seja, 85% do PIB e US\$27.864/habitante.

Países europeus do Norte e do Sul, bem como todos os demais países ocidentais, foram assolados por montanhas de dívidas. A Holanda deve US\$ 3.733 bilhões, ou

¹ Rabah Benakouche, “Docteur d’Etat” em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris e Doutor em Engenharia Industrial pela École Centrale de Paris, autor de vários livros, é Professor Titular de Economia na UFSC.

² Dados detalhados encontram-se no nosso livro “Dívidas dos países ricos: crise financeira ou crise do modelo social europeu?” (em fase de finalização)

142% do PIB e US\$ 225.814/habitante; Noruega, US\$ 2.232 bilhões, ou 538% do PIB e US\$ 454.768/habitante; Suíça, US\$ 1.200 bilhões, ou 229% do PIB e US\$ 154.063/habitante; Dinamarca, US\$ 559,5 bilhões, ou 180% do PIB e US\$ 101.084/habitante; e Luxemburgo, US\$ 1.892 bilhões, ou 3.443 % do PIB e US\$ 3.746.535/habitante.

A dívida pública é, com efeito, apenas uma parte da dívida total, refletindo a quantidade e a natureza dos ativos do país. No caso de Luxemburgo, por exemplo, seus ativos são predominantemente financeiros.

Quais são as razões desse endividamento? Sem entrar em muitos detalhes, pode-se dizer que houve proibição total aos Estados e aos entes públicos dos países da Zona do Euro de recorrerem aos Bancos Centrais nacionais para obter empréstimos ou para pedir-lhes garantias para seus empréstimos. Esta proibição foi determinada pelo Tratado de Maastricht, especialmente no seu artigo 104 e ratificada pelo Tratado de Lisboa, no seu artigo 123.

O Estado nacional, para fazer frente às suas necessidades de financiamento de seus investimentos e/ou de seus déficits, bem como para rolar sua dívida pública, precisa realizar empréstimos junto ao mercado de capitais. Isso representa uma alienação do direito do Estado representada pela perda de seu poder de criação monetária. Esta é a face mais visível da privatização da moeda. Outra face conhecida diz respeito à criação monetária pelos bancos comerciais privados, denominada de “multiplicação bancária”, o que significa, em termos simples, criação da moeda pelos bancos privados.

Traduzindo e ilustrando através do exemplo de financiamento dos déficits públicos do Estado francês entre 1980 e 2006 – raciocínio que vale para os demais países da Zona Euro –, destaca-se que este pagou 1.142 bilhões de euros de juros enquanto a dívida pública aumentou cerca de 913 bilhões nesse mesmo período. Assim, pode-se afirmar que, se no lugar de pegar empréstimos junto ao mercado privado de capitais, o Banco Central Francês tivesse criado esses recursos via emissão de moeda, a França teria zerado sua dívida interna. Mas, ao contrário, a França paga anualmente, em média, 50 bilhões de euros pelo “serviço da dívida”.

Esse “serviço da dívida” representa os altos valores pagos pelo Estado francês aos credores privados, em especial aos bancos, seguradoras e fundos institucionais (*Hedge Funds*). Os credores privados franceses detinham, em 2003, 56% da dívida pública da França e os credores estrangeiros outros 40%. Registre-se que tais percentuais se inverteram a partir de 2006. Com isso, no ano de 2010, os investidores

estrangeiros passaram a deter 70% da dívida pública francesa. Isso indica a ligação existente entre dívida interna e dívida externa, sendo que esses 70% do valor da dívida interna representam, literalmente, parte substancial da dívida externa francesa atual.

Voltando à questão da moeda em circulação que tem sua origem no crédito outorgado pelos bancos comerciais, constata-se que ela representava 85% a 90% da moeda em circulação no ano de 2010. Os valores pagos aos bancos comerciais, criadores dessa moeda-crédito, representam uma alienação dos direitos do Estado: o direito da *seignorage* (senhoriagem: direito de emissão de moeda). Essa alienação custou cerca de 50 bilhões de euros à França e cerca de 350 bilhões anuais ao conjunto dos países da Zona Euro. Os 50 bilhões de euros do direito de *seignorage* não exercido representam, no caso, exatamente o montante dos juros pagos pelo Estado aos bancos privados!

A dívida pública cresce, efetivamente, em função do déficit coberto por novos empréstimos contratados pelo Estado, via emissão de novos títulos do Tesouro Público, crescimento que pode ser decomposto em vários elementos: de um lado, tem-se a diferença entre receitas e despesas (excluindo-se os juros) que constitui o déficit primário e, de outro lado, os juros pagos pelo Estado.

Note-se que o peso da dívida no PIB pode aumentar de três formas: queda das receitas, aumento das despesas e “efeito bola de neve” dos pagamentos dos juros. No caso da “bola de neve”, esta se apresenta da seguinte forma: quando a taxa de juro real – descontada a inflação – é superior à taxa de crescimento da economia, o peso da dívida no PIB aumenta automaticamente, mesmo se o déficit primário for igual a zero. No caso da França, constata-se que a taxa de juros real explica a metade do crescimento do *ratio* dívida/PIB desde 1983, sendo que esta relação passou de 10% do PIB para 20% do PIB entre 1981-2003, ultrapassando os valores do déficit primário no mesmo período, registrando-se que este crescimento ocorreu mais fortemente entre 1991 e 1997.

Isso significa dizer que, nesse período, a riqueza da nação poderia ter sido aumentada em 250 bilhões de euros e os orçamentos públicos – os do Estado e demais entes públicos – teriam conseguido seus equilíbrios se não tivesse havido pagamento anual de 50 bilhões de euros em juros.

A questão que se coloca, portanto, é: **por que o Estado recorreu aos credores privados, pagando-lhes juros quando poderia ter criado recursos equivalentes pela via da emissão monetária, através do seu Banco Central sem pagar juros?**

O custo dessa emissão monetária seria inferior ao montante dos empréstimos do setor privado e menos inflacionário na medida em que haveria uma emissão de moeda

inferior à do volume de juros. Numa palavra, por que emprestar do setor privado o que é um bem coletivo (a moeda)?

À luz disso, é forçoso constatar que o paradoxo – ou o absurdo – consiste em pensar que **o Estado pode emitir milhões de obrigações (títulos do Tesouro Público), mas não pode emitir esses mesmos milhões em moeda nacional**. Os dois processos são, evidentemente, promessas de pagamento, mas o primeiro engorda os “rentistas”, e o segundo pode gerar **crescimento** e emprego. Se o dinheiro emitido pelo Estado é ruim, suas obrigações deveriam, então, ser também consideradas ruins. Para o “mercado” – leia-se “credores privados” –, é melhor deixar a criação monetária para os bancos privados, únicos entes que têm muito mais competência gerencial e eficiência do que qualquer ação ou de decisão do Estado!

Assim se explica como e por que o endividamento dos países europeus beneficiou os “mercados”. O que ocorreu foi uma privatização do euro! Pois, a especulação que está se dando em cima do Euro consolida e acelera esse processo “privatizante” e apresenta-se sob duas faces: para os de “baixo” aplicam-se políticas de austeridade (mais desemprego, aumento de idade para aposentadoria, redução drástica de gastos sociais estatais...) e para os de “cima” outorgam-se apoios financeiros (dos Estados, da BCE, do FMI...) para os bancos (“too big, too fail”) de modo a evitar a tal “crise sistêmica”! Assim sendo, “nas pegadas” da privatização do Euro, está-se privatizando o Estado Nacional, o que ameaça a democracia!

E QUAIS SÃO OS IMPACTOS DESSA CRISE NO BRASIL?

Os impactos da crise do Euro sobre a economia brasileira são inúmeros. Dois deles, porém, merecem especial atenção: a redução de operações de créditos no exterior e o aprofundamento da desindustrialização prematura na qual o Brasil está imerso desde os anos de 2009-2010.

A captação de créditos por bancos e empresas atuantes no país caiu drasticamente nos últimos meses. Ela foi zero no mês de Outubro de 2011 e de apenas US\$ 400 milhões no mês de Setembro de 2011. Em comparação, nota-se que a média mensal, entre Janeiro/2010 e Agosto/2011 foi de US\$ 2,4 bilhões. Essa diminuição na captação de créditos externos provocou, dentre outros impactos, uma depreciação do Real em 11% desde Outubro de 2011; uma forte desaceleração da economia brasileira e um encarecimento do custo do crédito externo de 150 pontos (1,5 pontos percentuais). Esses aspectos revelam-se como o principal canal de contágio da crise das dívidas

soberanas europeias sobre a economia brasileira. Esse contágio é ainda mais sério quando se sabe que o Brasil é o país que é mais dependente dos frágeis bancos europeus. Suas operações de créditos com bancos desse continente foram de US\$ 416 bilhões sobre os US\$ 586 bilhões destinados aos BRICs, em 2011. Desse montante de créditos europeus, boa parte é obtida junto aos bancos espanhóis, cujo país sofre fortemente com a crise, uma vez que seus bancos tiveram, na sua quase totalidade, um rebaixamento de suas notas pelas agências de *rating*.

Por outro lado, os impactos da crise do Euro têm especial significado econômico e político, na medida em que o Brasil está vivendo uma desindustrialização prematura. Esta é definida como a tendência de queda do percentual do valor adicionado da indústria de transformação no PIB. Esse percentual caiu de 18% para 16%, entre os anos de 2002 e 2010. Para um PIB com crescimento de 4% no período 2003-2010, o peso da indústria de transformação foi de apenas 2,7%, contra 5,5% para o setor de mineração e 3,2% para a agropecuária. Em termos de exportações, o valor dos manufaturados no total dos produtos exportados caiu de 56,8% para 45,6%, entre 2002 e 2010. Essa tendência de desindustrialização se verifica mais claramente ainda quando se considera a participação do Brasil na indústria de transformação mundial, cujo peso caiu de 2,9% para 2,5% entre 1990-99 e 2000-07.

Estas informações permitem afirmar que o Brasil está trilhando o desenvolvimento “às vessas”. Isto porque, além da desindustrialização, ele está se reprimarizando. Por exemplo, exportam-se fundamentalmente *commodities* para a China e importam-se, sobretudo, produtos manufaturados daquele país. Por outro lado, importam-se produtos primários de países menos desenvolvidos (Mercosul, África e Oriente Médio) e exportam-se para eles produtos manufaturados. Seria esse o caminho mais indicado para a inserção ativa do Brasil na divisão internacional do trabalho? Será que essas informações não contrariam a política “desenvolvimentista” do governo brasileiro da última década?

ECONOMIA CATARINENSE: CRESCIMENTO COM DESIGUALDADES E CONCENTRAÇÃO REGIONAL E SETORIAL

Lauro Mattei¹

Fabiano Rodolfo²

Felipe Wolk Teixeira³

INTRODUÇÃO

Este ensaio representa a continuidade de um processo de sistematização e análise de informações sobre a economia catarinense que temos desenvolvido nos períodos recentes. Como é do conhecimento de todos, essa não é uma empreitada fácil pelo fato de Santa Catarina apresentar deficiências em termos de estruturas que operem sistematicamente com a produção e disponibilização de dados e informações relevantes e atualizadas.

O fio condutor deste trabalho foi analisar o modo como as mudanças que ocorreram recentemente no país se manifestaram e ainda se manifestam sobre a estrutura produtiva e econômica do estado. Para tanto, analisa-se o comportamento dos agregados macroeconômicos para captar os principais impactos das mudanças estruturais em curso, particularmente sobre os setores de atividades econômicas e sobre as mesorregiões geográficas.

Inicialmente, deve-se registrar que o estado de Santa Catarina não ficou à margem do processo de reestruturação adotado pelo país nos últimos anos. Sendo uma economia ainda com forte presença industrial, as novas condições regulatórias introduzidas no país – sobretudo a liberalização do comércio externo, iniciada com a derrubada de alíquotas de importação e amplificada com a política de câmbio do Plano Real – repercutiram em várias de suas atividades produtivas, merecendo destaque os ajustes nos setores têxtil e vestuário, metal-mecânico e agroindustrial, em que foram combinadas medidas de cunho reestruturante (em termos tecnológicos e organizacionais) com iniciativas de redução de custos (implicando diminuição de mão-de-obra).

¹ Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Economia e do Doutorado em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

² Mestre em Economia pela UFSC. Tecnologista do IBGE.

³ Mestre em Economia pela UFSC. Analista do IBGE.

Há certo consenso entre analistas de que as mudanças recentes representam um ingrediente novo no debate sobre o desenvolvimento econômico no âmbito do país e das próprias unidades da federação. Registre-se, entretanto, que essas transformações não chegam a caracterizar um cenário de mudança no quadro de desigualdades regionais que historicamente conforma a geografia nacional. Ao contrário, em muitos casos se observa um agravamento dessa situação.

O objetivo deste estudo é analisar sucintamente o comportamento dos indicadores macroeconômicos e suas implicações regionais. Para tanto, o ensaio está organizado em três seções, além desta breve introdução. Na primeira delas faz-se uma breve discussão sobre a dinâmica econômica estadual, mensurada através do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB). A segunda seção apresenta um conjunto de indicadores econômicos, com destaque para o comportamento agregado da economia catarinense, além dos movimentos do comércio externo. Finalmente, a terceira seção apresenta algumas considerações sobre a dinâmica e as perspectivas econômicas de Santa Catarina.

1 – OS DADOS AGREGADOS DE SANTA CATARINA

O montante produtivo do estado agregadamente vem apresentando uma trajetória ascendente ao longo das últimas décadas, fazendo com que os valores absolutos do PIB de Santa Catarina em 2009 atingissem quase 130 bilhões de reais (Tabela 1), posicionando o estado como o oitavo maior na geração de riquezas dentre as unidades da federação. Esse forte crescimento está associado à dinâmica global da economia catarinense, que durante as duas últimas décadas manteve taxas médias de crescimento superiores às taxas do país.

Embora Santa Catarina já fosse, em 1999, a oitava economia do país, em termos nominais, o PIB catarinense cresceu sempre a taxas superiores ao PIB brasileiro ao longo de todo o período⁴. Assim, enquanto que no estado de Santa Catarina as taxas médias de crescimento, em termos nominais, chegaram a 14,91% a.a., no âmbito do país elas foram de 13,16% a.a. Como resultado desse crescimento consistente, a participação do estado no PIB brasileiro elevou-se cerca de 0,5% entre 1999 e 2009. Com isso, a participação de SC em 2009 foi de aproximadamente de 4%.

⁴ Em 2008, o estado chegou a ocupar a sexta colocação, ao superar Distrito Federal e Bahia.

Em grande medida, pode-se dizer que esse desempenho bastante favorável do PIB catarinense pode ser creditado ao papel decisivo da indústria na produção global do estado, uma vez que o setor secundário continua mantendo sua importância, mesmo com pequenas oscilações. Já o contrário vem ocorrendo no setor primário, que vem perdendo espaço nas atividades econômicas catarinenses.

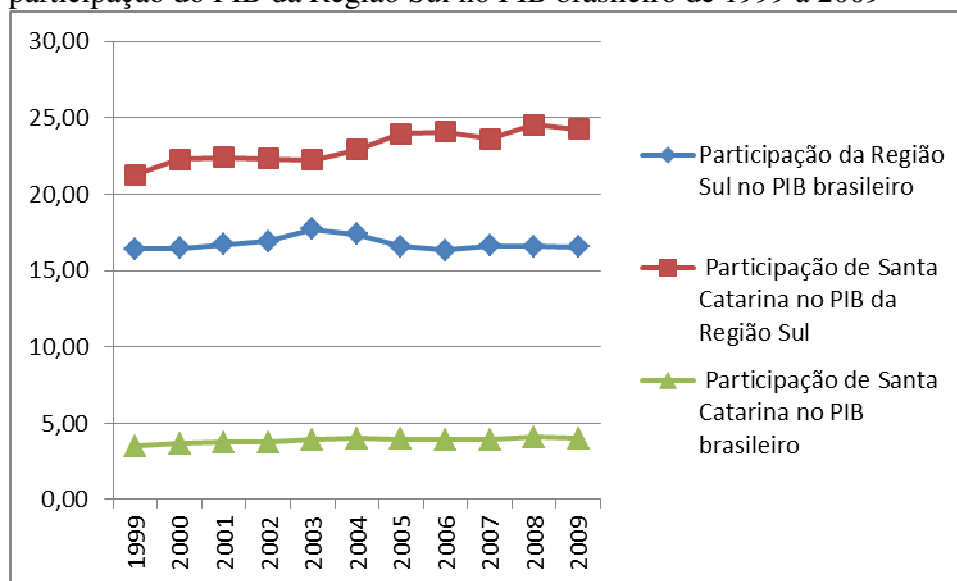
Tabela 1: PIB Brasileiro e de Santa Catarina, de 1999 a 2008.

Brasil e Unidade da Federação	Ano											Δ% (99-09)
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	1.064.999.712	1.179.482.000	1.302.135.029	1.477.821.769	1.699.947.694	1.941.498.358	2.147.239.292	2.369.483.546	2.661.344.525	3.032.203.490	3.239.404.053	13,1600
Santa Catarina	37.151.230	43.311.914	48.748.248	55.731.863	66.848.534	77.392.991	85.316.275	93.146.754	104.622.947	123.282.295	129.806.256	14,9100

Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

Essa posição observada no cenário nacional destaca-se ainda mais quando se considera a evolução do PIB catarinense comparativamente à Região Sul, conforme Figura 1. Essa participação, que esteve na faixa de 20% ao longo dos primeiros anos da década, foi crescendo e atingiu, em 2009, aproximadamente 25%.

Figura 1: Participação de Santa Catarina no PIB do Brasil e da Região Sul e participação do PIB da Região Sul no PIB brasileiro de 1999 a 2009



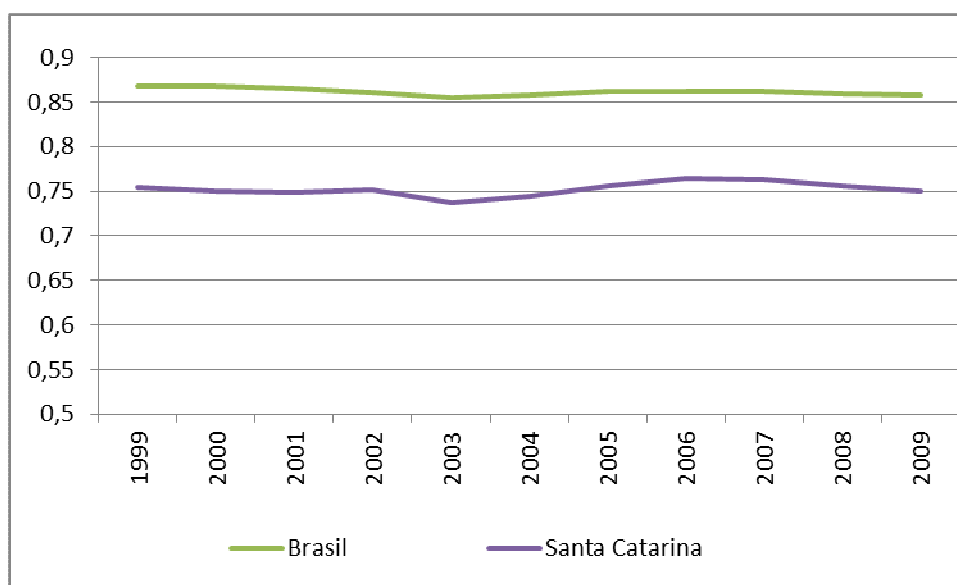
Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

Todavia, se o estado conseguiu se manter em posição destacada nos cenários nacional e regional no que tange à produção de riquezas, o mesmo não pode ser dito em relação à forma desigual com que essas riquezas estão sendo distribuídas em seu território. De fato, o PIB catarinense continua ainda fortemente concentrado em alguns municípios e regiões. O índice de Gini, que mede a desigualdade em uma escala de zero

(perfeita igualdade) a um (perfeita desigualdade)⁵, apresentado na figura 2, demonstra este processo de concentração em curso.

Embora permaneça sempre abaixo do índice calculado com os dados nacionais, o índice catarinense, na faixa de 0,75, manteve-se constante no período, contrariamente ao movimento observado no âmbito nacional que teve uma pequena queda de 0,87 (1999) para 0,86 (2009). Registre-se que nos dois casos (Brasil e SC) esses percentuais representam uma concentração de toda a riqueza gerada.

Figura 2: Evolução do Índice de Gini do Brasil e de Santa Catarina de 1999 a 2009



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

2 – O PIB CATARINENSE SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A composição setorial do PIB catarinense revela algumas mudanças em curso ao longo das duas últimas décadas, conforme figura 3. Como dissemos anteriormente, durante a década de 1990 ocorreram grandes mudanças na estrutura produtiva catarinense, particularmente no setor industrial. Com isso, se observa um movimento mais forte de diminuição da participação da indústria no agregado estadual. Da mesma forma, este movimento também vai ocorrer no setor primário da economia, cuja participação no PIB já era baixa no final da referida década. Cabe ressaltar que o setor

⁵ Uma descrição mais completa do Índice de Gini, inclusive com metodologia de cálculo, é encontrada em Hoffman (1980), especialmente no capítulo 16.

agropecuário, mesmo contando com forte presença das cadeias produtivas de suínos e aves, principalmente, não conseguiu manter sua participação de forma expressiva.

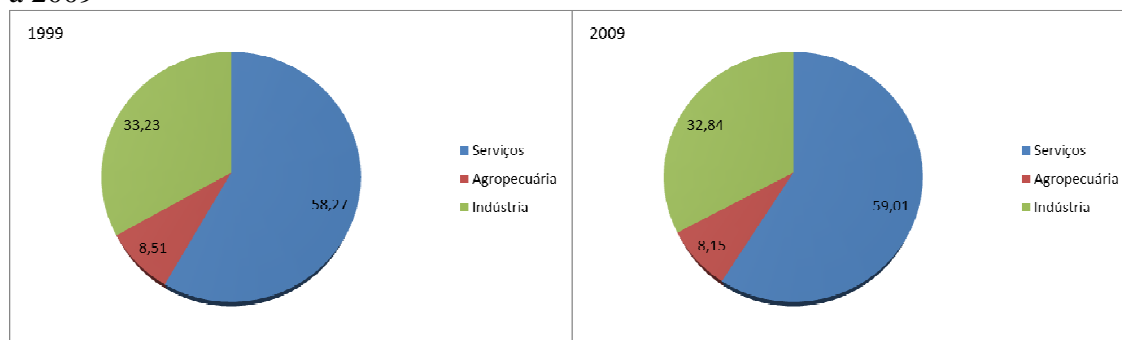
Já o setor terciário (serviços) apresentou comportamento distinto ao longo da década de 1990, confirmando uma tendência do conjunto da economia do país, uma vez que nessa escala o setor terciário passou a liderar a geração de produção.

Este cenário se altera muito no final da década seguinte, uma vez que o ano de 2009 mostra uma participação ainda mais expressiva do setor terciário da economia catarinense. Com isso, pode-se dizer que este setor passou a ser o mais importante na produção de riquezas no estado de Santa Catarina, uma vez que no ano de referência sua participação atingiu cerca de 59,0% do PIB.

Obviamente que essa mudança também se reflete numa menor participação do setor industrial, a qual caiu para 32,8%. Mesmo assim, quando comparada com o país a participação da indústria no PIB catarinense é bem maior, situando-se cerca de 7% acima do percentual observado nacionalmente.

O setor primário (agropecuário) continua sua trajetória de redução de participação no PIB total, chegando ao patamar de 8% no ano de 2009. Porém, do mesmo modo que ocorre no setor industrial, o setor agropecuário estadual tem peso maior no estado comparativamente ao correspondente nacional.

Figura 3: Participação dos setores de atividade Econômica no PIB catarinense de 1999 a 2009



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

Quando se analisa o índice de concentração do PIB catarinense por setores de atividade, percebe-se que a atividade agropecuária aparece como a menos concentrada, com índice de 0,42 no ano de 2009. Já a indústria (0,79) e os serviços (0,78) aparecem como maior índice de concentração. Esses resultados revelam o mesmo comportamento que se observa nacionalmente, onde os setores de serviços e industrial são também mais concentrados que a agropecuária.

Tanto em relação ao setor de serviços como em relação ao setor industrial, tal concentração já era esperada, uma vez que, dentre os setores de atividades, os serviços e a

indústria são mais concentrados espacialmente, sendo normalmente polarizados por algumas regiões.

Mas os dados mostram que, enquanto o setor industrial passa por um possível processo de desconcentração, atestado pela redução no valor do índice de Gini para os dados do valor adicionado pela indústria catarinense, os setores agropecuário e de serviços apresentam um movimento de concentração. No caso específico do setor industrial, nota-se que o Índice de Gini de concentração por setor de atividade econômica passou de 0,83 (1999) para 0,79 (2009).

Quadro 1: Índice de Gini por setores – Brasil e Santa Catarina de 1999 a 2009.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,868338	0,867938	0,864897	0,859964	0,854309	0,857867	0,862411	0,861488	0,861742	0,85953	0,858166
Santa Catarina	0,753899	0,750596	0,748027	0,750898	0,737563	0,743912	0,755776	0,763818	0,762346	0,755491	0,750014
Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária (Índice)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,567414	0,567565	0,572941	0,57323	0,572141	0,584213	0,570659	0,556252	0,567414	0,573576	0,573724
Santa Catarina	0,38523	0,393402	0,393522	0,405247	0,396177	0,394008	0,390935	0,409257	0,402689	0,406601	0,416951
Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria (Índice)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,914027	0,914887	0,912471	0,910147	0,910596	0,909829	0,909568	0,908538	0,907506	0,90828	0,903974
Santa Catarina	0,83369	0,82246	0,819371	0,81601	0,808143	0,806736	0,809337	0,803071	0,802116	0,797314	0,795474
Índice de Gini da distribuição do valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços (Índice)											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,878458	0,877105	0,874999	0,872796	0,870091	0,869687	0,871266	0,870069	0,871324	0,868748	0,867991
Santa Catarina	0,777237	0,779971	0,779451	0,784774	0,783279	0,785861	0,789805	0,792489	0,793332	0,790339	0,78361

Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

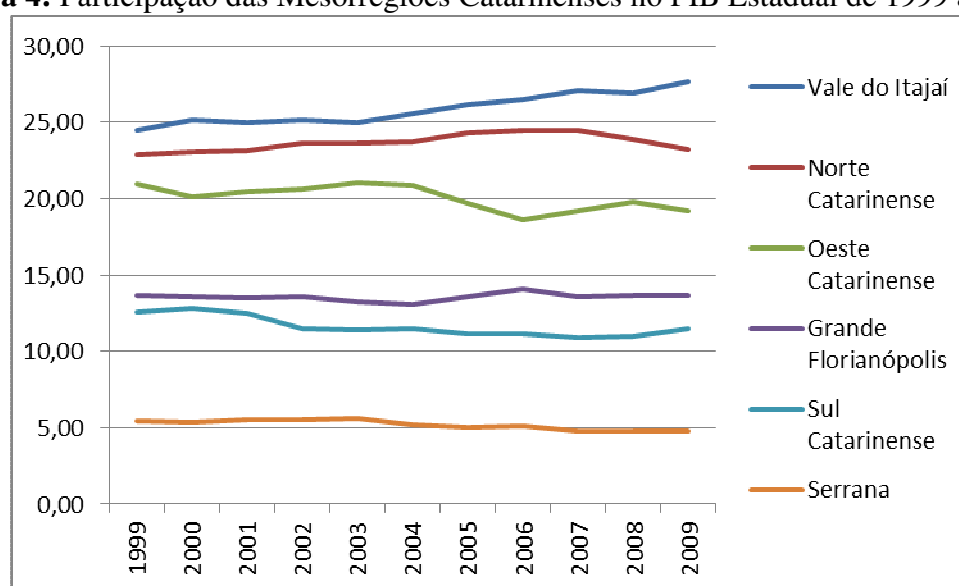
3 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO PIB CATARINENSE POR MESSORREGIÕES E MICRORREGIÕES ENTRE 1999 E 2009

Os dados por mesorregiões apresentados pela figura 4 revelam que as regiões Vale do Itajaí, Norte e Oeste catarinense possuem as maiores participações no PIB do estado. No entanto, quando se observa a trajetória de crescimento do PIB dessas mesorregiões nota-se grande divergência entre elas. As duas primeiras tem crescido no período, situando-se, junto com a Grande Florianópolis, como as áreas mais dinâmicas do estado. Já a região Oeste apresenta um declínio consistente na participação do PIB estadual, caindo de 21% (1999) para 19% (2009). Da mesma forma, as mesorregiões Serrana e Sul tiveram participação reduzida no conjunto da economia catarinense.

O Vale Itajaí foi a região que respondeu pela maior parcela do PIB catarinense, atingindo 27,63% de participação em 2009. Além dos importantes parques fabris presentes em Blumenau e cercanias, o setor de serviços da região também ocupa posição destacada no cenário estadual, em particular na cidade de Itajaí, que se consolida como um dos mais importantes municípios do estado nesse segmento. Em

grande medida, isso se explica pelo de estar localizado nesta cidade o principal porto de estado, que é também um dos maiores do Brasil em movimentação de contêineres. Menciona-se, ainda, que o crescimento observado nessa mesorregião decorreu muito do desempenho vigoroso da microrregião de Itajaí, uma vez que a microrregião de Blumenau, como veremos mais a frente, apresentou significativo declínio na participação no PIB do estado.

Figura 4: Participação das Mesorregiões Catarinenses no PIB Estadual de 1999 a 2009.



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores.

A mesorregião Norte, a segunda mais importante no PIB do estado, manteve sua participação ao redor de 23%. Esta participação expressiva está ancorada em diversos subsetores industrial, destacando-se as indústrias metal-mecânica, têxtil e moveleira.

Dentre as mesorregiões que aumentaram sua participação, a Grande Florianópolis foi a que mais ampliou sua participação no PIB do estado, ou seja, aumentou em 13,7% no período considerado. Esta região, além de abrigar a sede do Governo do estado e de outros órgãos públicos federais e estaduais, tem grande importância como centro de prestação de serviços. Ultimamente destaca-se, também, a indústria da construção devido ao processo de valorização imobiliária em todo o aglomerado urbano de Florianópolis, que comporta as cidades de São José, palhoça e Biguaçu. O setor industrial, embora conte com uma importante indústria de informática, tem um peso menor na economia dessa mesorregião.

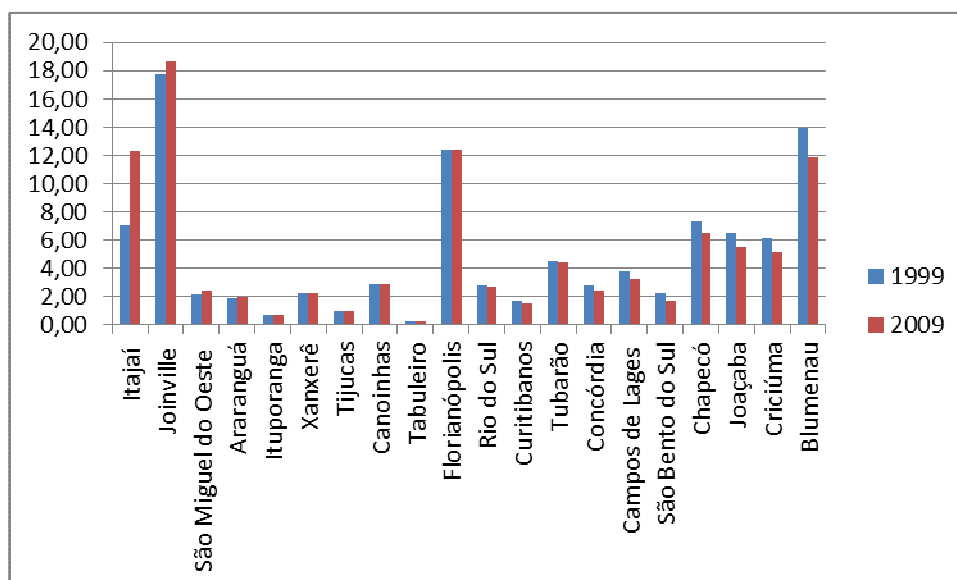
Por outro lado, as mesorregiões Sul, Serrana e Oeste apresentaram perda da participação no PIB catarinense. Assim, em 2009 essas três regiões juntas respondiam por 35% do valor total, enquanto em 1999 participavam com 39%. O Planalto Serrano é a mesorregião com a menor participação no PIB estadual. Após um leve aumento de participação entre 2000 e 2003, a mesorregião perdeu espaço e respondeu, em 2009, por apenas 4,8% do PIB de Santa Catarina. Segundo MATTEI e LINS (2010) a baixa expressão regional deve-se ao predomínio, na região, de grandes propriedades agropecuárias com baixa produtividade, bem como aos baixos índices de industrialização.

Como mencionamos anteriormente, a mesorregião Oeste ainda detém uma participação expressiva no PIB estadual. Nesta região se concentra grande parte da produção agropecuária catarinense, além de também estarem nela localizadas as grandes agroindústrias, como Sadia e Perdigoão. No entanto, a participação da região assumiu uma trajetória de baixa após 2003. Com isso, em 2009 a mesorregião contribuiu com 19,2% do PIB do estado, enquanto em 2003 esse percentual chegava a 21,0%.

Finalmente, a mesorregião Sul também apresenta trajetória de queda no PIB de Santa Catarina. Em 1999 o percentual de participação da mesorregião no agregado estadual era 12,6%, passando para 11,5% em 2009. Registre-se que no ano de 2008 esse percentual foi de apenas 10,9%. Após o declínio da indústria carbonífera, tradicional base da economia regional, no final dos anos oitenta, a indústria local parece estar num processo crescente de recuperação, mereceram destaque os segmentos de plástico, cerâmica, têxtil e vestuário. Mesmo assim, a produção agregada da mesorregião não mais atingiu o percentual das décadas anteriores.

A Figura 5 apresenta algumas informações gerais das microrregiões catarinenses. Destaca-se o rápido crescimento de Itajaí, que quase dobra sua participação no PIB do estado, ou seja, crescimento de 5,27% entre 1999 e 2009. Ao lado da microrregião de Itajaí, as microrregiões de Joinville (+0,90%) e São Miguel do Oeste (+0,28%) foram as que mais aumentaram sua participação. No extremo oposto, importantes microrregiões, estão entre as que tiveram perda de participação mais expressiva no período: Blumenau com -2,08%; Criciúma com -1,02%; Joaçaba com -1,01%; Chapecó com -0,79%; São Bento do Sul com -0,55% e Lages com -0,52.

Figura 5: Participação das Microrregiões Catarinenses no PIB Estadual de 1999 a 2009.



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o processo de globalização econômica obrigou um conjunto de empresas de setores líderes, sob o risco de perder espaço no cenário nacional e internacional, a uma completa reestruturação técnica e organizativa. Com isso, grupos centenários ainda administrados por familiares foram obrigados a se remodelar. Um dos caminhos que muitas empresas encontraram foi a formação de **joint ventures** ou a busca de novos sócios no mercado interno e externo, com o objetivo de manter as fatias de mercado já conquistadas e, se possível, expandir para novas áreas.

Talvez o melhor exemplo desse processo de reestruturação aconteceu no Sul do estado. Em menos de duas décadas, a economia da região passou por um profundo processo de mudanças. Até os anos oitenta, praticamente todas as atividades econômicas estavam relacionadas ao complexo carbonífero, que sofreu um desmonte na década seguinte. Em seu lugar e a partir de alguns subprodutos muito abundantes na região das minas introduziu-se o ramo de minerais não metálicos. Com isso, em menos de vinte anos a região se transformou em um dos principais pólo cerâmico do país.

Apesar disso, nota-se que o estado de Santa Catarina não está na rota dos grandes investimentos que foram realizados na região Sul do país nas últimas décadas. Um exemplo disso foi a instalação de várias fábricas de automóveis no RS e no PR. Mesmo assim, os dados indicam que o estado aumentou sua participação na formação do PIB nacional. Sem

dúvida, esse comportamento está relacionado ao tipo de empresas que estão instaladas no território catarinense e a própria estrutura econômica do estado (bastante diversificada e bem distribuída em pólos regionais, conforme vimos nas seções anteriores).

Com isso, diversos ramos industriais estão participando cada vez mais no cenário econômico nacional. É o caso dos setores de plásticos (tubos, conexões, embalagens e descartáveis); de carnes (aves e suínos); de cerâmicos (pisos e revestimentos cerâmicos); metal-mecânico (máquinas, motores elétricos, compressores para refrigeradores); têxtil (cama, mesa, banho, tecidos e malhas) e mobiliário (móveis e utensílios). Além disso, vários produtos agropecuários mantêm a liderança nacional ao longo das últimas décadas, como é o caso da maçã, cebola e alho.

Em síntese, o estudo mostrou que Santa Catarina aumentou sua participação no PIB nacional, passando de 3,5% para 4,0% no período considerado. No entanto, esse crescimento vem ocorrendo ao mesmo tempo em que se preserva a desigualdade entre regiões e municípios, atestada pelos dados do Índice de Gini calculados para o conjunto do estado. Este fato sugere que, apesar de SC apresentar uma economia bastante diversificada e regionalizada, esta continua concentrada em algumas regiões e em alguns setores de atividade econômica.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Contas Regionais do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2011.

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Fevereiro de 2012.

HOFFMAN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. São Paulo: Pioneira, 1980.

MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **Liberalização econômica e reestruturação produtiva: reflexos em Santa Catarina no limiar do novo século**. In: MATTEI, Lauro e LINS, Hoyêdo N. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

MATTEI, Lauro. **Economia catarinense: crescimento com desigualdades regionais**. Florianópolis (SC): Anais do V Encontro de Economia Catarinense, 2011.

PERSPECTIVAS DO SETOR EXTERNO CATARINENSE DIANTE DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

Mohamed Amal¹

INTRODUÇÃO

O setor exportador de Santa Catarina apresentou um desempenho relativamente linear durante o período entre 1994 e 2004. Embora, o desempenho exportador tem demonstrado um ritmo crescente, em média de 8% a.a., a sua participação nas exportações totais do Brasil tem representado um percentual ao redor de 5%, com tendência decrescente a partir de 2004.

O cenário econômico global tem apontado em diversas regiões dos países desenvolvidos para uma tendência a diminuição do crescimento econômico e, portanto, para perspectivas menos favoráveis para os fluxos mundiais de comércio. O objetivo do presente artigo é apresentar a situação do setor externo catarinense no ano de 2011 e as perspectivas para o ano de 2012.

A TRAJETÓRIA RECENTE DO SETOR EXTERNO CATARINENSE

A observação dos dados do setor externo de Santa Catarina aponta para um padrão de inserção internacional caracterizado, primeiramente, pela exportação de produtos manufaturados por mais de 66% da pauta exportadora do estado. Ao longo dos anos 1990s e 2000s, os produtos básicos têm representado valores que oscilam entre 28% e 33%. Isso mostra que o Estado de SC é relativamente pouco dependente do mercado internacional de commodities, e mais sensível às oscilações dos preços e demandas de produtos manufaturados. Entre os produtos manufaturados, os bens de consumo e bens intermediários representam mais de 80% do total.

Por outro lado, as exportações catarinenses concentram-se nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos da América e países da União

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional de Blumenau. Email: amal@furb.br

Europeia. Estados Unidos, Países Baixos, Japão, Alemanha, Reino Unido são os países de destino da maior parcela de produtos manufaturados exportados por empresas catarinenses.

Entre os países em desenvolvimento, Argentina e México são os principais destinos das exportações catarinenses. O que demonstra a pouca dependência da região de SC do mercado chinês. Contudo, o papel da China vem crescendo nos últimos anos, especialmente depois da crise econômico global. A China, que em 2007 estava na vigésima posição das exportações catarinense, já figura atualmente na lista dos dez maiores países de destino dos produtos catarinenses.

Finalmente, registre-se que, embora nos anos anteriores a 2009 a balança comercial apresentou um saldo positivo, as importações de SC tiveram uma variação positiva superior à taxa de crescimento das exportações. O ano de 2004 representa um saldo positivo da balança comercial de US\$ 3,4 bilhões, sendo que as exportações cresceram a uma taxa de 31,4%, e as importações aumentaram em 52%. O que significa uma dinâmica de abertura econômica crescente da economia regional.

Os dados da tabela 1 apontam para uma inversão de tendência no saldo da balança comercial. A partir de 2009 a balança comercial vem registrando um saldo negativo, uma vez que as importações cresceram, em 2010, mais de 60%, enquanto que as exportações registraram um desempenho de apenas 18%, após diversos períodos de desaceleração ou de crescimento negativo nos primeiros dois anos da crise global. Com isso, a balança comercial registrou um recorde de saldo negativo, superior a US\$ 4,0 bilhões em 2010, sendo que até outubro de 2011, os dados registravam um déficit de mais de US\$ 4,6 bilhões, podendo fechar o ano de 2011, com um saldo negativo da balança comercial próximo ou ligeiramente superior a US\$ 5,0 bilhões.

Tabela 1: Evolução das exportações e importações catarinenses, em US\$ Milhões, e em %.

	Exportações	Var%	Importações	Var%	Saldo da BC
2004	4.862.608	31,36	1.508.950	51,83	3.353.658
2007	7.381.839	23,40	5.000.221	44,15	2.381.618
2008	8.331.092	12,86	7.940.724	58,80	390.368
2009	6.427.661	(22,90)	7.288.151	(8,20)	(860.490)
2010	7.582.027	17,96	11.978.106	64,35	(4.396.079)
2011*	7.464.597	(1,60)	12.153.645	1,47	(4.689.049)

Fonte: MDIC, 2011: www.mdic.gov.br (*) Dados até Outubro de 2011.

Da mesma maneira, a participação do estado de SC nas exportações totais do Brasil vem diminuindo desde o ano de 2000, implicando que em 2011 a participação do estado será inferior a 4%. Situação que se explica pela configuração da própria dinâmica do comércio exterior do Brasil. As exportações de commodities e a locomotiva da China são os principais fatores de aumento das exportações brasileiras. Santa Catarina, como já havíamos mencionado acima, é um estado com forte concentração em produtos manufaturados, e mais dependente de economias desenvolvidas, o que reduz significativamente em período de crise global, as oportunidades ampliação de vendas externas para as empresas catarinenses.

A perda de importância de SC nas exportações totais do Brasil, de 5% em 2004, para 3,5% em 2011 (Tabela 2), demonstra não apenas uma perda de competitividade das empresas da região, mas, sobretudo, um desvio do eixo do comércio exterior brasileiro para as regiões produtoras de commodities. O que alguns autores descrevem como desindustrialização e reprimarização das exportações do Brasil.

Diagnóstico do setor exportador catarinense publicado pela FIESC em 2011 mostra que as empresas exportadoras catarinenses apontaram os seguintes motivos de queda das exportações: falta de crédito para exportação, câmbio desfavorável, desaquecimento do mercado externo, concorrência chinesa e alta na demanda no mercado interno. Por outro lado, como estratégia de inserção internacional, as empresas pesquisadas pretendem focar seus esforços de investimento em países menos desenvolvidos, como na América Latina e África.

O cenário de crise ainda previsto para os anos de 2011 e 2012 e o desvio do eixo da dinâmica do comércio exterior no Brasil contribuem, desta forma, para uma diminuição do número de empresas exportadoras, e, especialmente, das pequenas e médias empresas, concentrando as exportações ainda mais entre as 40 maiores empresas do estado de SC.

Tabela 2: Participação de SC nas exportações brasileiras, em US\$ Milhões e em %

	Exportações	Brasil	Part..SC
2004	4.862.608	96.677.497	5,0%
2007	7.381.839	160.649.073	4,6%
2008	8.331.092	197.942.443	4,2%
2009	6.427.661	152.994.742	4,2%
2010	7.582.027	201.915.285	3,8%

2011*	7.464.597	212.138.908	3,5%
-------	-----------	-------------	------

Fonte: MDIC, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As projeções econômicas das instituições financeiras internacionais (FMI e OCDE) apontam para o seguinte cenário econômico em 2012: crescimento do PIB da união europeia abaixo de 1%. Mesmo a Alemanha, considerada o motor da economia europeia nos últimos dois anos, está enfrentando um cenário de diminuição da demanda interna e de suas exportações para Europa e Estados Unidos. Neste país as projeções apontam para um crescimento menor que 1,5%, o que deverá manter a demanda reprimida para os próximos 12 meses.

Este novo cenário de forte instabilidade econômica e baixas perspectivas de crescimento econômico devem reforçar a tendência de diminuição dos fluxos de comércio internacional, e, deste modo, induzir as empresas a adiar ou reduzir os seus projetos de investimentos no ano de 2012.

Para a economia catarinense, os efeitos da crise deverão ser mais sentidos nas exportações que nas importações. Com um cenário de recessão nos Estados Unidos e Europa, mesmo no caso de melhoria na taxa de câmbio, as exportações tenderão a crescer menos que em 2011. Por outro lado, empresas de diversos setores têm ampliado suas importações de produtos, como forma de se beneficiar do câmbio valorizado, e da diminuição dos preços nos mercados internacionais, permitindo maior competitividade no mercado nacional. Embora, as importações deverão registrar uma tendência de crescimento menor, dado a perspectiva de baixo crescimento da economia brasileira, elas continuarão desempenhando um papel importante na dinâmica da economia catarinense, como forma de ajuste das estratégias das empresas de gestão dos riscos da crise global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR-
MDIC: Sistema Alice Web e estatísticas de comércio exterior, 2011. Disponível em:
www.mdic.gov.br

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA- FIESC:
Diagnóstico do setor exportador catarinense 2011. Florianópolis: FIESC, 2011.

TRAJETÓRIA RECENTE DO SETOR INDUSTRIAL CATARINENSE: UMA ANÁLISE COM BASE NOS DADOS DE PRODUÇÃO FÍSICA

Felipe Wolk Teixeira¹
Fabiano Rodolfo²

INTRODUÇÃO

O setor industrial tem grande influência na dinâmica econômica catarinense, uma vez que no ano de 2009 respondia por cerca de um terço do PIB estadual, cerca de 7% acima do correspondente nacional. O setor é composto por diversos segmentos representativos, por sua vez concentrados em aglomerações produtivas dispersas pelo território estadual.

O estado conta com vários polos industriais de significativa importância, que formam arranjos produtivos bem definidos no âmbito regional e nacional. Em diversas regiões catarinenses pode ser destacada uma atividade econômica de grande importância para o estado. Isso não significa homogeneidade, havendo importante diferenciação em relação ao tipo de atividade predominante em cada região.

Dentre as principais atividades industriais existentes, destacam-se:

- Metal-mecânica: presente no Norte catarinense, particularmente em Joinville e Jaraguá do Sul. Entre as divisões da indústria que compõem essa atividade estão a fabricação de máquinas e equipamentos, a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, a fabricação de produtos de metal, entre outras.
- Têxtil e vestuário: presente no Vale do Itajaí, em particular no entorno da cidade de Blumenau. Aparece também em outras regiões do estado, sendo a indústria de vestuário uma atividade relevante também para a economia do Sul catarinense.
- Alimentos: forte no oeste catarinense, que cresceu impulsionada pela relação de integração entre agricultores e grandes agroindústrias. Seu principal

¹ Mestre em Economia pela UFSC. Analista do IBGE.

² Mestre em Economia pela UFSC. Tecnologista do IBGE. A instituição à cujos autores pertencem não possui vínculos com o relatório e não é responsabilizada pelas informações aqui contidas. Os possíveis erros ainda existentes no relatório são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

componente é a indústria de carnes, que conta com importantes empresas com projeção nacional e internacional.

- Minerais não metálicos: representada pela produção de revestimentos cerâmicos de alta qualidade, cujo principal polo localiza-se no sul do estado.
- Plásticos: também concentrada no sul do estado, embora conte com unidades produtivas relevantes dispostas por várias regiões do estado.
- Papel e celulose: na região do Planalto Serrano.
- Moveleira, também presente no Norte catarinense, mas com predomínio nas cidades de São Bento do Sul e Rio Negrinho.

Deve-se considerar, ainda, que em diversos segmentos industriais, o estado possui indústrias que se encontram fora desses eixos de concentração, em áreas próximas ou mesmo dispersas em uma abrangência mais ampla.

Essa configuração regional pode ser associada a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam a forma como se deu a ocupação do território, com os fluxos migratórios de fins do século XIX e início do XX; a proximidade de matérias-primas, entre outros. Além disso, o crescimento e consolidação da indústria catarinense estiveram sempre articulados com o desempenho nacional e, em grande medida, pode ser associado as políticas de estímulo à indústria adotadas ao longo do século XX, tanto no plano nacional como no estadual (GOULARTI FILHO, 2002).

Porém, a partir dos anos de 1990 ocorreu um processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, que afetou fortemente a estrutura produtiva catarinense. A indústria estadual enfrentou dificuldade para se adaptar ao novo cenário, ficando muito mais exposta à competitividade e sem contar com as políticas protecionistas que caracterizaram o período anterior. Em diversos segmentos, como no têxtil, por exemplo, muitas empresas não conseguiram se adaptar, enfrentando dificuldades para se manter em operação (LINS, 2000).

Como reação a esse cenário, um processo de reestruturação se iniciou em diversos segmentos, com as empresas buscando um melhor posicionamento no mercado, agora bem mais competitivo. Aumentou também os números de fusões e aquisições, processo que ainda se encontra em andamento em que participam, inclusive, empresas de capital internacional.

Os efeitos dessas mudanças no tecido produtivo estadual ainda não foram totalmente compreendidos. No período recente começa a ganhar força um debate sobre

um possível fenômeno de desindustrialização no cenário nacional³. Para Santa Catarina, mesmo que a participação do setor industrial no PIB não tenha sofrido mudanças expressivas, mantendo-se estável e até crescendo nos últimos anos, pode ser procedente o argumento de que a indústria estaria cada vez mais concentrada em segmentos de baixo conteúdo tecnológico (CÁRIO, 2010).

Este artigo é composto por três seções, além dessa introdução. A primeira seção apresenta as características gerais da indústria catarinense em termos de pessoal ocupado, número de empresas e valor da transformação industrial dos setores mais representativos, com base nos dados coletados pelas pesquisas CEMPRE e PIA, do IBGE⁴. A segunda seção discute a dinâmica recente da indústria catarinense com base nos dados de produção física (PIM-PF). A terceira seção apresenta os comentários finais do trabalho, destacando-se algumas tendências do setor industrial catarinense.

1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA INDÚSTRIA CATARINENSE

Em 2009, Santa Catarina contava com 432 indústrias na área de extração e 36.846 indústrias na área de transformação, representando 4,24% e 8,80%, respectivamente, do total de empresas em operação no país (Figura 1). Esse parque empregou, no mesmo ano, 686.563 assalariados, aproximadamente 8,91% da indústria nacional (IBGE, 2010). Deste total, 598.061 trabalhadores eram ligados à indústria de transformação.

Em relação aos segmentos da indústria, os maiores contingentes de empregados estão alocados na fabricação de produtos alimentícios e bebidas (168.171), em especial no abate e preparação de carnes e pescados, que empregou 126.393 pessoas em 2006, último ano da pesquisa para o qual este dado está disponível. Em seguida aparece a confecção de produtos do vestuário e acessórios (104.116); a fabricação de produtos têxteis (58.416); de produtos de madeira (49.759); de móveis (39.209) e de borrachas e plásticos (35.078).

³ Para mais, ver OREIRO e FEIJÓ (2010).

⁴ O Cadastro Central de Empresas – CEMPRE e a Pesquisa Industrial Anual- PIA, que tem os dados divulgados com dois anos de defasagem frente ao período de referência.

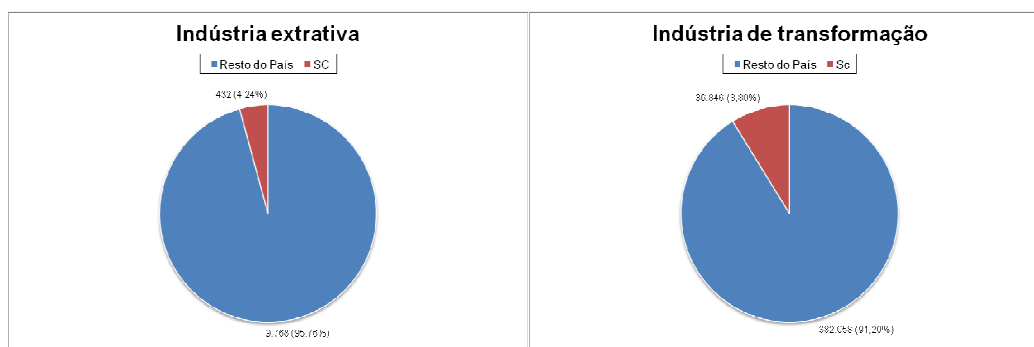


Figura 1: Número e participação da indústria extrativa e de transformação de Santa Catarina em relação ao resto do país.

Fonte: CEMPRE (2009)

Os dados de 2009 mostram que o Valor da Transformação Industrial (VTI) de Santa Catarina ultrapassou 30 bilhões de reais naquele ano, representando cerca de 4,8% do total do país (**Tabela 1**⁵). Esse valor é concentrado na indústria de transformação, responsável por 98,24% do VTI catarinense. A indústria extrativa responde por apenas 1,76% do valor total, concentrando-se na extração de carvão.

Dentro da Indústria de transformação, os segmentos mais expressivos em termos de VTI são a fabricação de produtos alimentícios, que responde por cerca de 17,40% do total; a confecção de artigos do vestuário e acessórios (10,19%); a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (10,08%); e a indústria têxtil, que representa 8,52% do total do VTI.

Tabela 1: Valor da Transformação Industrial, Unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, Santa Catarina, segundo as divisões e os grupos de atividades (CNAE 2.0) - 2009

	R\$ (mil)	%
Total	30.696.673	100,00%
Indústrias extrativas	541.371	1,76%
Indústrias de transformação	30.155.302	98,24%
Fabricação de produtos alimentícios	5.245.802	17,40%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3.072.579	10,19%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3.039.328	10,08%
Fabricação de produtos têxteis	2.570.543	8,52%
Fabricação de máquinas e equipamentos	2.174.240	7,21%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1.989.359	6,60%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.508.684	5,00%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1.371.879	4,55%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.223.578	4,06%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.102.254	3,66%

⁵ Estão listados os 10 segmentos da indústria de transformação com maior participação no VTI estadual.

2 – A PRODUÇÃO FÍSICA E A EVOLUÇÃO RECENTE DA INDÚSTRIA

As análises desta seção utilizam como fonte de dados primários a produção física da indústria, conhecida como PIM-PF/IBGE. Essa pesquisa fornece estimativas dos movimentos de curto prazo do produto real da indústria, através da divulgação da taxa de variação mensal da produção das atividades industriais.

Pela evolução do índice da indústria geral, que agrega as indústrias extrativa e de transformação, é possível comparar o desempenho catarinense vis à vis o dos outros estados que compõem a região Sul. Inicialmente, nota-se certa proximidade no comportamento da produção entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao passo que a série paranaense apresenta maior volatilidade, que pode ser atribuída as oscilações que ocorreram no setor de alimentos e bebidas.

A indústria catarinense, assim como as demais da região sul, apresentou desaquecimento durante o último trimestre de 2008, acompanhando a retração no cenário macroeconômico. Nesse período, os índices chegam a valores inferiores aos registrados no ano base de 2002. A recuperação da produção industrial ocorreu entre o segundo trimestre de 2009 e o segundo trimestre de 2010. Com isso, a produção industrial apresentou relativa estabilidade entre 2009 e 2011.

No período recente, entre os meses de Setembro e Outubro de 2011, Santa Catarina foi o único estado da região Sul que apresentou queda no índice de produção no valor de 3,36%. Esse declínio foi bem mais acentuado do que o observado nacionalmente, onde a produção física da indústria experimentou uma retração de apenas 0,6%. No mesmo período do ano anterior, o indicador do estado havia crescido 1,35%, enquanto o do país aumentou apenas 0,46%.

Dentre as atividades industriais que apresentaram maior decréscimo na quantidade produzida no estado nos dois meses antes mencionados, destacam-se o setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-9,65%); Alimentos (-9,20%); máquinas e equipamentos (-4,03%); madeira (-1,94%) e metalurgia básica (-1,42%), os quais parecem ter sido afetados fortemente pelas dificuldades do setor externo.

Considerando o acumulado no ano, deve ser destacado o desempenho bastante modesto do setor máquinas, aparelhos e materiais elétricos, um dos mais importantes do estado (Figura 3). Nesse segmento, que engloba a fabricação de geradores, motores elétricos, transformadores, fios, cabos, lâmpadas, entre outros, operam empresas de

projeção nacional e internacional. A queda observada na produção parece também estar associada à situação do mercado externo.

Por sua vez, as atividades têxteis e de vestuário e acessórios cresceram 6,68 e 16,87%, respectivamente. Deve ser ressaltado, no entanto, que os dados com abertura por atividade encontram-se sujeitos a sazonalidade⁶, uma vez que, para as unidades da federação, apenas o índice da indústria geral se encontra dessazonalizado.⁷ Considerando um período maior para a análise, nota-se que o setor de vestuário e têxtil está entre aqueles com o maior dinamismo na indústria catarinense no acumulado do ano de 2011.

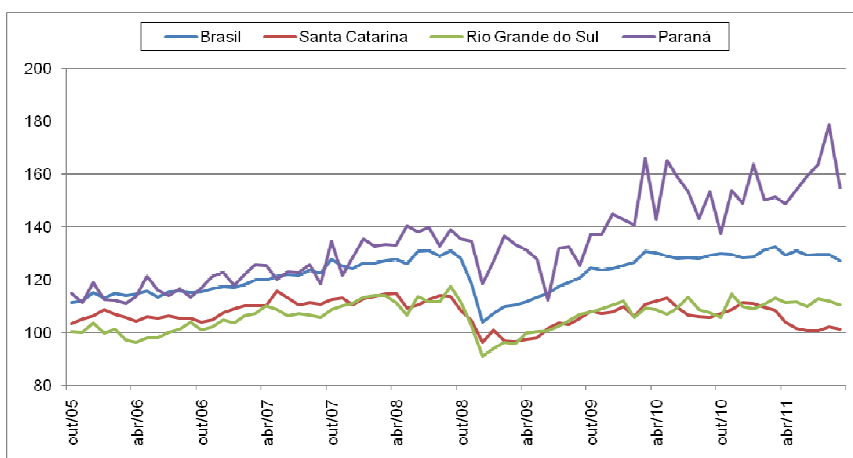


Figura 2: PIM-PF da indústria geral, estados da região sul e Brasil – Out/2005 a Out/2011 (Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal. Base: Média de 2002 = 100).

Fonte: PIM-PF/IBGE.

Observando-se o comportamento geral dos segmentos da indústria catarinense, percebe-se a existência de correlações entre os movimentos verificados no índice nacional e estadual (Figura 3). Momentos de crescimento na indústria nacional tendem a ser acompanhados por crescimento na indústria catarinense. Do mesmo modo, quando a produção industrial declina nacionalmente, esta queda também aparece no estado. Isso pode ser observado para a maioria dos segmentos produtivos analisados e também para o indicador da indústria geral, o que permite afirmar que existe certa convergência entre o crescimento industrial do país e do estado de SC.

Todavia, se observa também que dois importantes setores se encontram descolados da dinâmica nacional: o de alimentos e o de máquinas e equipamentos. A

⁶ A utilização da série original podem, inclusive, servir como *proxy* para as oscilações de demanda que os setores têxtil e vestuário costumam enfrentar com a alteração de estação.

⁷ A metodologia completa da PIM-PF pode ser encontrada na página do IBGE, no seguinte endereço: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>.

indústria de alimentos do estado apresenta uma série razoavelmente destacada da série nacional, fator que pode estar ligado ao vínculo com setor externo: a queda na produção no primeiro trimestre vem associada ao menor dinamismo nas exportações, enquanto a recuperação já em meados do segundo trimestre acompanha o aumento no valor bruto e participação da pauta⁸. Uma hipótese a ser considerada é que, pelas características do setor alimentar do estado – baseado na indústria de carnes e com forte viés exportador –, ele seja mais afetado pelas oscilações do mercado mundial do que seu correspondente nacional.

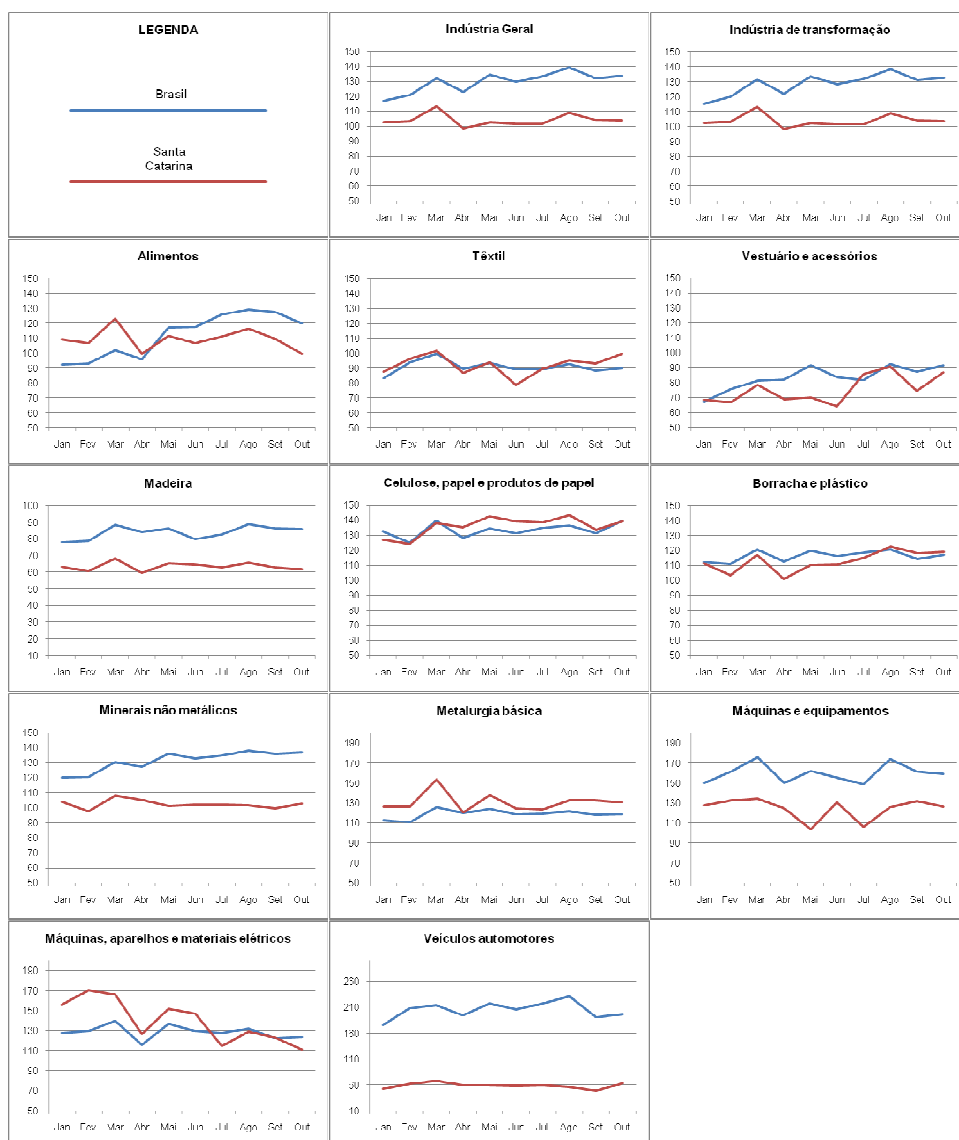


Figura 3: PIM-PF da indústria geral, de transformação e suas desagregações – Jan/2011 a Out/2011 (Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal. Base: Média de 2002 = 100).

⁸ Os principais NCMs contidos na conta Alimentos representam, em conjunto, aproximadamente 6% da pauta de exportação em Santa Catarina no primeiro semestre, passando para cerca de 35% no segundo semestre (MDIC, 2011. Os dados do segundo semestre vão até novembro de 2011).

Situação similar ocorre no caso da indústria de máquinas e equipamentos, que é composta basicamente por dois grupos: fabricação de motores, bombas e compressores e fabricação de eletrodomésticos. Enquanto o primeiro deles agrega empresas com forte orientação exportadora, se tornando igualmente suscetível as oscilações no ambiente externo, o segundo representa a produção de bens de consumo duráveis, o qual é fortemente afetado pela dinâmica do PIB.

Em linhas gerais, pode-se notar que aqueles segmentos produtivos cujo desempenho é afetado pelas condições do mercado externo tem apresentado queda na quantidade produzida ao longo de todo o ano. Por outro lado, a estagnação do mercado doméstico produz efeitos que se começam a sentir na economia estadual. Diversos segmentos da indústria catarinense apresentam uma tendência a manter ou reduzir a produção. As mais destacadas exceções, por enquanto parecem ser os setores têxtil e de vestuário. O desempenho desses setores, no entanto, é fortemente vinculado ao mercado doméstico, estando sempre sujeito às oscilações da demanda interna.

Mantidas as previsões negativas quanto aos desdobramentos da crise internacional e considerando-se o modesto crescimento da economia brasileira no ano de 2011, é possível que nos próximos meses a produção industrial mantenha-se em patamar baixo, o que afetaria o desempenho econômico agregado do estado. A reversão dessa situação, no entanto, pode exigir medidas governamentais mais amplas e efetivas do que as até agora adotadas, sobretudo se a crise macroeconômica se agravar.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria catarinense, importante setor na dinâmica econômica catarinense, apresenta historicamente razoável grau de compatibilidade com o comportamento da indústria nacional. Mesmo contando com uma estrutura industrial bastante diversificada, o setor industrial tem sido afetado tanto pelas oscilações no crescimento da economia mundial quanto pela estagnação do crescimento observada no mercado interno.

Por um lado, observa-se um baixo crescimento da economia nacional, com o PIB ficando abaixo das previsões iniciais, sendo que no último trimestre o crescimento foi

praticamente zero. Por outro, a crise que se desenha no plano internacional parece estar afetando significativamente alguns importantes setores da indústria catarinense, os quais possuem forte viés exportador.

Finalmente, deve-se registrar que as medidas adotadas pelo governo com vistas a enfrentar a crise ainda apresentam resultados tímidos, uma vez que ficam circunscritos a setores específicos, o que impede a realização de uma análise sobre os efeitos sobre o conjunto da produção industrial catarinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

CÁRIO, S. A. F.; FERNANDES, R.L.. Indústria em Santa Catarina: processo de desindustrialização relativa e perda de dinamismo setorial. In: MATTEI, L. & LINS, H. N. (Org.). **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó (SC): Editora Argos, 2010.

IBGE – **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-E) 2009**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/defaultempresa.shtm>. 2011a.

IBGE – **Pesquisa Industrial Mensal – PIM-PF**). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfregional/default.shtm>. 2011b.

IBGE – **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2009**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CL&z=t&o=12>. 2010.

LINS, Hoyêdo N. **Têxteis catarinenses nos anos 90**. Atualidade Econômica, ano 12, n. 47. 2000.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **Sistema Aliceweb**. Disponível em <http://alicesweb2.mdic.gov.br/>. 2011.

OREIRO, José Luis. FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de economia política. V.30, n. 20. Abr/Jun 2010.

ASPECTOS GERAIS DA DEMOGRAFIA CATARINENSE NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Beatriz Tamaso Miotto¹

INTRODUÇÃO

A dinâmica demográfica brasileira apresentou mudanças significativas nos últimos trinta anos. Estas foram condicionadas pelas transformações socioeconômicas e culturais da sociedade brasileira tendo como consequência alterações tanto nos padrões como nos níveis dos principais componentes demográficos do país. A tendência de queda no nível de fecundidade, a diminuição da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida e a rápida diminuição da taxa de crescimento anual da população (1,17% entre 2000 e 2010 – a menor na história do país) colocam questões importantes para o entendimento e formulação das necessidades e políticas voltadas para os diferentes estratos da população.

Outro aspecto importante desse processo é o sistemático aumento do grau de urbanização, que passou de 83,3%, em 2000, para 85,9%, em 2010. Esse incremento mostra como o aumento da população urbana também impõe questões específicas da ocupação do espaço, crescimento das cidades, infraestrutura social urbana, etc.

Santa Catarina acompanhou a tendência nacional, mas obviamente com algumas especificidades. Este artigo mostra o quadro geral da demografia do estado e discute alguns dos principais dilemas a serem enfrentados. Ele se divide em duas seções: a primeira trata dos aspectos gerais da evolução da população catarinense, enquanto que a segunda discute mais acuradamente os problemas das cidades e da urbanização.

1 – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO CATARINENSE

Desde a segunda metade do século XX Santa Catarina tem experimentado uma queda no ritmo de crescimento populacional. Conforme indica a tabela 1, entre 1970 e 1980 a taxa anual de crescimento do estado era de 2,33%, passando para 1,57% no último período censitário (2000 – 2010). Em comparação às taxas nacionais de crescimento nos últimos 20 anos as do estado foram maiores, principalmente em função

¹ Doutoranda do curso de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Unicamp. Bolsista CAPES. Email: bea.miotto@gmail.com

de Santa Catarina se tornar receptor líquido de migrantes, diferentemente do que ocorreu no período posterior ao fechamento da fronteira agrícola no oeste do estado durante os anos 1970.

Isso se confirma pelo fato da taxa total de fecundidade no estado, sistematicamente inferior à brasileira, apresentar tendência de queda no período. Os dados das fontes como o SINASC/IBGE e DATASUS/IBGE não são idênticos, porém confirmam a situação: no primeiro caso entre 2000 e 2010 a fecundidade total entre mulheres em Santa Catarina caiu de um número médio 2,02 para 1,58 filhos; no segundo – que abarca período mais amplo entre 1991 e 2008 – a queda foi de 2,53 para 1,65 filhos. Como colocam Berquó e Cavenaghi² (2006), a queda da fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) geralmente redundava numa diminuição do volume da população e contribuiu sobremaneira para o seu envelhecimento. As taxas brutas de natalidade (DATASUS/IBGE) obviamente seguem a mesma direção: caíram de 22,55 nascidos vivos/mil habitantes em 1991 para 14,07 em 2008.

Tabela 1 – Grau de Urbanização e Taxa Anual de Crescimento (%):
Brasil e Santa Catarina - 1960/2010

	1970	1980	1991	2000	2010
Grau de urbanização BR	55,98	67,70	75,47	81,23	84,35
Grau de urbanização SC	43,23	59,70	70,64	78,73	83,99
Taxas de crescimento BR		1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		4,48	3,06	2,19	1,56
Rural		-0,61	-0,82	-1,23	-0,64
Total		2,51	1,95	1,45	1,18
Taxas de crescimento SC		1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Urbana		5,68	3,48	3,08	2,23
Rural		-1,12	-0,99	-1,74	-1,28
Total		2,33	1,90	1,84	1,57

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos 1970/2010

² Berquó ES, Cavanaghi SM. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos** – CEBRAP 2006; 74: 11-5.

Outro aspecto a ser destacado é a evolução da estrutura etária da população, verificada através das pirâmides etárias correspondentes aos anos de 2000 e 2010. Podemos notar a confirmação da diminuição da base da pirâmide que já se mostrava nos Censos anteriores, ou seja, houve redução da população menor de 19; como contrapartida, houve um adensamento da população acima de 40 anos e também a diminuição do percentual da população jovem do estado, ou seja, uma diminuição da participação dos menores que 15 anos no total da população.

Junto com a diminuição da população jovem, outro determinante da modificação na razão de dependência (participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo – 0 a 14 anos e acima de 65 anos – em relação à população potencialmente ativa – entre 15 e 64 anos) tem sido o aumento da população idosa. Em 2010 a razão de dependência em Santa Catarina foi de 40,42% e do país de 45,90%. É importante notar que apesar da razão de dependência do estado ser menor que a nacional, o índice de envelhecimento, ou seja, a relação entre população idosa e jovem (maior de 65 anos e menor que 15 anos) é maior em Santa Catarina do que no país, de respectivamente 31,81% e 30,65%. Cabe ressaltar que houve um aumento significativo desse índice em relação ao Censo de 2000, que apontou um índice de envelhecimento de apenas 19,10% no estado. Compondo o mesmo cenário de envelhecimento da população, a evolução da esperança de vida ao nascer em território catarinense passa de 73,5 para 75,8 anos e no Brasil de 70 para 73,3 anos entre 2000 e 2008 (dados do DATASUS).

Em síntese, os dados apontam para o envelhecimento da população catarinense em um ritmo maior que a média brasileira. Esse fenômeno suscita a necessidade de pensar o andamento das políticas públicas e de proteção social aos idosos catarinenses, em especial pelo fato de, atualmente, não haver uma coordenação mais especializada das políticas voltadas para esse estrato da população – não há, por exemplo, assistência domiciliar ou centros de acolhimento. Como apontam as pesquisas recentes³, por um lado, vivemos uma tendência generalizada de responsabilizar as famílias pelo atendimento das necessidades dos idosos, o que compromete não só o orçamento ou sobretrabalho familiar, como também a autonomia dos próprios idosos. Por outro, a participação da renda do idoso (previdência ou benefício de prestação continuada) na renda familiar tem crescente importância na manutenção das condições de vida das famílias.

³ CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social** 12, Brasília, v.1, n. 1, p.165-190, 01 jan. 2003.

2 – A URBANIZAÇÃO E O CRESCIMENTO DAS CIDADES

A história da urbanização catarinense acompanha os clássicos movimentos de desruralização e industrialização, processos que atenderam as necessidades de concentração e centralização do capital (forças produtivas) e das pessoas no espaço. Isso se deu, particularmente, após o esgotamento da ocupação da fronteira agrícola nos anos 1970, num cenário onde os movimentos migratórios internos se tornaram cada vez mais importantes na dinâmica demográfica catarinense. Mais recentemente, o aumento do grau de urbanização e a desruralização foram diretamente influenciados pela reestruturação e modernização produtiva das atividades no meio rural; tal indicador passa de 43,23% em 1970, para 83,99% em 2010 (Tabela 1). As taxas de crescimento da população rural, persistentemente negativas e em maior proporção que a média brasileira, também podem ser entendidas a partir destes processos. No período 2000/2010 essa taxa foi o dobro da nacional (-1,28% sobre 0,64%, conforme tabela 1) comprovando o aumento sistemático do perímetro urbano dos municípios e, principalmente, a incapacidade de retenção da população no meio rural.

No fim do século XX e início do XXI desenvolveu-se, portanto, não só um forte processo de desruralização/urbanização, mas também um movimento de concentração espacial da população em determinados centros urbanos. Uma evidência disso é que os dez maiores municípios do estado responderam em 2010 por quase 40% do total da população (Tabela 2).

Além da concentração nesses municípios, na sua maioria comandantes das dinâmicas sub-regionais (como Joinville, Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma), ainda destacam-se as altas taxas de crescimento da “periferia” dessas regiões (Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul – em menor medida), seja formando aglomerados urbanos – principalmente no litoral – seja adensando a região metropolitana da capital catarinense. Em sentido oposto, os municípios que circundam as regiões Serrana e Oeste perderam sistematicamente população, sendo que as capitais regionais de Chapecó e, principalmente Lages, não conseguiram “amortecer” os fluxos migratórios oriundos de suas regiões que tenderam a destinar-se predominantemente

para o litoral, conformando a chamada “litoralização” do estado⁴. Cabe ressaltar que a metropolização de Florianópolis foi tardia em relação ao restante das regiões brasileiras, assim como o adensamento do litoral, que hoje forma uma área praticamente contígua e articulada do ponto de vista econômico e de infraestrutura.

Tabela 2 – 10 maiores município de Santa Catarina: população, participação no estado e taxa anual de crescimento (%) – 2000/2010.

Fonte: dados brutos dos Censos Demográficos do IBGE - 1970 a 2010

Estes dois movimentos gerais da população catarinense (concentração e esvaziamento) também são vistos através da crescente participação dos municípios pertencentes aos maiores estratos no total da população. Conforme os dados dos Censos Demográficos entre 1991 e 2010, naqueles municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes a participação subiu de 32,9% para 42,7% e, em contrapartida, há uma diminuição abrupta dos municípios entre 10 e 50 mil habitantes cuja participação declina de 40,9% para 29,9%. Outro fato que chama atenção é o aumento do número e da participação dos municípios de até 5 mil habitantes. Isso se deve, por um lado, à criação de novos municípios a partir da década de 1990 (foram criados 96 novos municípios); por outro também se deve à diminuição absoluta da população de alguns municípios que perderam posição nesse quadro, principalmente a partir de 2000 – o aumento do número de municípios até 2 mil habitantes é prova disso.

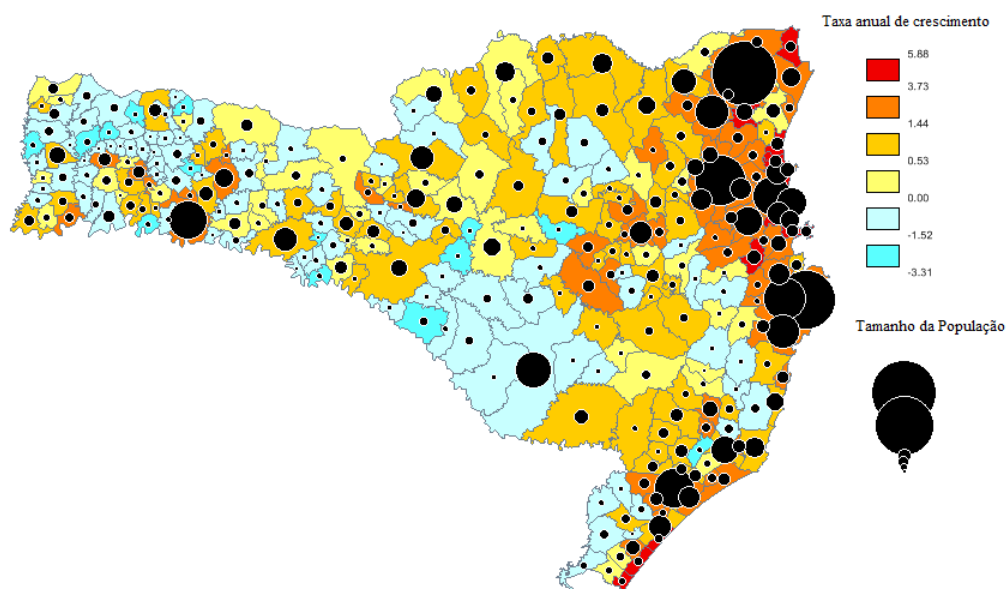
O mapa⁵ a seguir ilustra essa realidade, delimitando os municípios catarinenses, suas taxas anuais de crescimento, e o tamanho de sua população. As áreas azuis são

⁴ MIOTO, B.T. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)**. 2011. 139 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000798983>>.

⁵ Os dados brutos foram retirados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 – IBGE.

aquelas de crescimento negativo (concentradas nas regiões Oeste e Serrana) e as laranjas e vermelhas são de maior crescimento (concentradas no litoral), ou seja, áreas concentradoras dos maiores núcleos populacionais.

Mapa 1: Taxa anual de crescimento e tamanho da população em Santa Catarina. 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Portanto, mesmo que Santa Catarina tenha se tornado, no final do século passado, receptor líquido de migrantes em relação a outras regiões do país, a migração interna passou a ser elemento fundamental na dinâmica demográfica. A concentração engendrada por esses movimentos – que tem respaldo também nos principais indicadores econômicos – é resultado do aprofundamento das desigualdades intra-regionais no estado, tendo como correspondência o aumento das desigualdades intra-urbanas, oriundas do padrão de crescimento das principais cidades (ocupação ilegal, favelização, violência, condições precárias de habitação e mobilidade urbana, segregação socioespacial, etc.).

PANORAMA DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NO ANO DE 2011

Leandro dos Santos¹
Pietro Caldeirini Aruto²

INTRODUÇÃO

Os dados mais recentes³ mostram que Santa Catarina possuía em 2009 uma população economicamente ativa (PEA) de 3.611.977, com uma taxa de ocupação de quase 95%. Quando se compara com o restante do país, o mercado de trabalho no Estado é marcado por uma expressiva proporção de postos formais de trabalho. Por exemplo, em 2009, praticamente 70% dos ocupados contribuíram para o instituto de previdência na ocupação principal, enquanto que no Brasil esse nível não atingiu os 54%. Em outras palavras, o mercado de trabalho formal no estado possui uma relevância expressiva e o acompanhamento das suas tendências permite captar grande parte da geração de empregos em Santa Catarina.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira delas, analisa-se a geração de empregos formais no estado de Santa Catarina nos últimos anos em comparação com os desempenhos registrados no Brasil e na região Sul. A segunda seção apresenta o estoque e a variação dos empregos formais nos últimos doze meses em no estado de Santa Catarina, realçando a participação das mesorregiões e dos setores de atividade econômica. A terceira seção apresenta o perfil dos trabalhadores admitidos nos últimos doze meses, destacando-se algumas características como idade, gênero e remuneração. Finalmente, a quarta seção apresenta algumas considerações sobre o comportamento do mercado formal e trabalho no estado no ano de 2011. Apenas a título de registro, ressalta-se que as informações utilizadas têm como referência os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego até o mês de Outubro de 2011.

¹ Sociólogo, Analista Técnico da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina

² Economista, Analista Técnico da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina

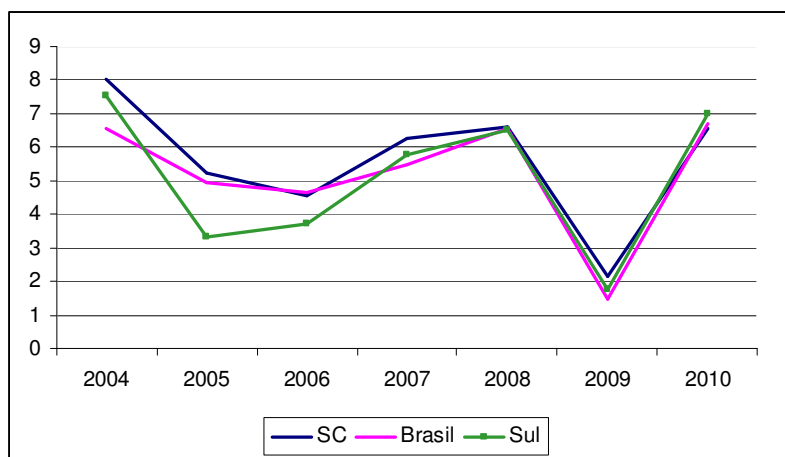
³ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, disponível em <www.ibge.gov.br>.

1 – DESEMPENHO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM 2011

A elevada proporção de postos formais de trabalho (PFT) verificada no Estado se deve, além dos fatores histórico-estruturais, à recente expansão do emprego formal dos últimos anos. Enquanto que no período 2004/2009 a PEA teve um crescimento de 10,1%, a expansão no número de vínculos formais, segundo a RAIS⁴, foi de 30,7%.

Este movimento pode ser visto no gráfico 1, que mostra a variação do emprego formal segundo o CAGED⁵ nos anos de 2004 a 2010. Em todos os anos do período considerado o estado de Santa Catarina apresentou um crescimento relativo no número de trabalhadores acima do verificado no Brasil e na Região Sul, com exceção apenas dos anos de 2006 e de 2010. Neste último ano, o crescimento relativo do número de vínculos formais no país foi de 6,7%, enquanto que em Santa Catarina esse patamar alcançou 6,5%.

Gráfico 1: Variação do emprego formal (%) nos últimos dozes meses contabilizados em outubro de cada ano – Santa Catarina, Região Sul e Brasil, 2004-2010



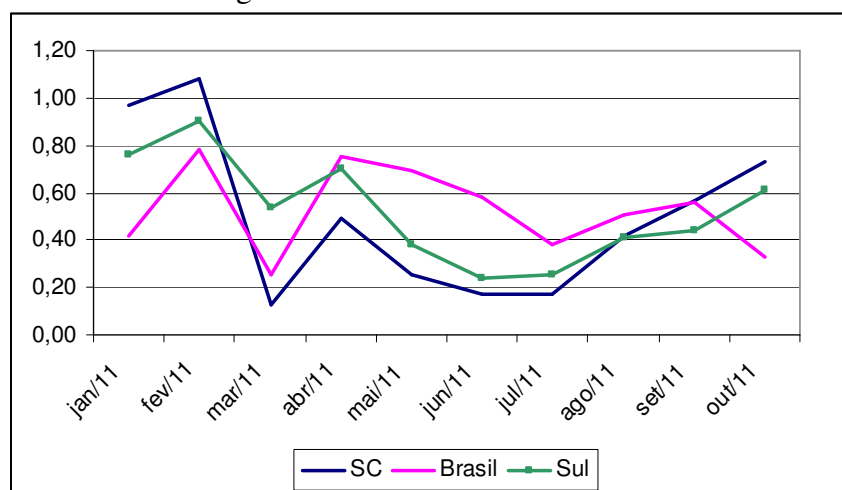
Fonte: CAGED/MTE; Elaboração Própria

⁴ A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – foi criada pelo Decreto nº 76.900/75. A declaração é anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional. A RAIS se caracteriza por um censo do mercado de trabalho formal e, essencialmente, capta dados do mercado de trabalho relativos aos empregados e estabelecimentos.

⁵ O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED – foi criado pela Lei 4923/55, quando instituiu-se a obrigatoriedade das declarações sobre movimentações de empregados celetistas. Caracteriza-se por um censo mensal do emprego com carteira assinada e com variáveis semelhantes àquelas obtidas na RAIS.

Essa tendência de 2011 também se manifestou no ano de 2011, uma vez que a geração de empregos no estado durante o último ficou aquém do número registrado no Brasil (gráfico 2)⁶. Apesar de ter começado o ano com um crescimento acima do nacional, a partir de março de 2011 o Estado passou todo o restante do período analisado (Janeiro a Outubro) com uma dinâmica inferior a do país (e também a da região Sul), exceto no último mês de outubro.

Gráfico 2: Variação mensal do emprego formal (%) – janeiro a outubro de 2011, Brasil, Santa Catarina e Região Sul.



Fonte: CAGED/MTE; Elaboração Própria

Este desempenho recente pode estar atrelado à dinâmica industrial do Estado e aos obstáculos sentidos no ano de 2011. Devido ao peso ocupacional que a indústria possui no Estado - segundo a RAIS, no ano de 2010 mais de 32% dos PFT estavam neste setor, enquanto que no Brasil a proporção foi de 17,8% - as dificuldades que o segmento industrial enfrentou em decorrência da conjuntura macroeconômica e a política econômica adotada, cujas ações podem ter repercutido negativamente sobre a geração de novas vagas de emprego formal. Com isso, no acumulado até o mês de Outubro de 2011, a indústria catarinense registrou uma expansão de 4,2% no número de PFT, enquanto que o crescimento médio dos empregos formais como um todo no Estado foi de 5,5%. No Brasil para o mesmo período, a Indústria registrou uma expansão de 5,1% e os vínculos formais como um todo cresceram 6,2%.

⁶ A não inclusão do mês de outubro de 2011 no gráfico 1 se deve à mudança metodológica realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em dezembro de 2010, quando então se passou a calcular o Índice Mensal de Emprego com base no CAGED incluindo as declarações entregues pelos estabelecimentos fora do prazo, o que inviabiliza a comparação com os anos anteriores. Para maiores informações, consultar a nota técnica MTE 082/2011 (disponível em: http://www.mte.gov.br/pdet/ajuda/notas_comunic/nt08211.asp).

2 – DESEMPENHO SETORIAL E REGIONAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ANO DE 2011

De acordo com os dados CAGED o estoque total de vínculos formais de emprego, contabilizados com o saldo de Outubro de 2011, alcança pouco mais de 1,8 milhões no estado de Santa Catarina.⁷

Tomando-se como referência a classificação dos setores de atividade econômica estabelecida pelo IBGE, nota-se que o maior contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada se encontra no setor da Indústria da Transformação (36,1%). Na sequência encontram-se os setores de Serviços (32,1%) e do Comércio (21,1%). Estes três setores agregados respondiam por mais de 85% dos postos formais de trabalho no estado. Exceto na região da Grande Florianópolis, todas as demais regiões do Estado têm na indústria da transformação o setor de maior geração de postos formais de trabalho. Na mesorregião de Florianópolis é no setor de serviços que se encontra a maioria desses postos de trabalho.

Quanto ao crescimento do mercado de trabalho registrado nos últimos doze meses no total do Estado (entre Novembro de 2010 e Outubro de 2011), verifica-se que o maior destaque ficou por conta do setor da construção civil, que teve um aumento de 11,4%, enquanto que a média estadual entre todos os setores ficou em 4,3%. Registre-se que também cresceram acima da média os postos de trabalho nas atividades do comércio (6,1%) e serviços (5,7%). Especificamente em relação à indústria de transformação, nota-se que teve um desempenho modesto nos últimos doze meses, com uma expansão de apenas 2%. Já os setores da administração pública e da agropecuária e pesca registraram redução de empregos formais da ordem de -0,6% e -2,8%, respectivamente.

⁷ Os dados do CAGED não contabilizam os servidores estatutários, que no estado somam cerca de 225 mil vínculos, segundo a mais recente divulgação da RAIS/2010, divulgada pelo MTE. Ao se levar em conta os trabalhadores com esse tipo de vínculo – o que eleva o estoque de vínculos formais de emprego para aproximadamente dois milhões –, o setor da Administração pública vem a ser o quarto maior empregador no estado, com 12,4% da mão-de-obra ocupada.

Em relação à dinâmica regional do mercado formal de trabalho, observa-se que as regiões da Grande Florianópolis (5,6%), Sul (5,1%) e Oeste Catarinense (5,1%) obtiveram um aumento de empregos acima da média estadual, enquanto nas demais a variação dos doze meses se mostrou abaixo, registrando-se que na região Serrana se observou o menor desempenho para no período considerado (2,9%).

Tabela 1: Estoque* de empregos formais (outubro de 2011) e variação nos últimos doze meses (em %) por mesorregiões e segundo os setores de atividade econômica em S.C.

Setor de Atividade Econômica	Oeste Catarinense		Norte Catarinense		Serrana		Vale do Itajaí		Grande Florianópolis		Sul Catarinense		Total SC	
	Estoque	Variação	Estoque	Variação	Estoque	Variação	Estoque	Variação	Estoque	Variação	Estoque	Variação	Estoque	Variação
Extrativa Mineral	452	0,9	848	7,6	136	29,5	1.038	9,4	529	11,8	4.152	-4,0	7.155	0,9
Indústria de Transformação	120.058	4,5	173.895	0,4	22.572	2,8	204.672	0,9	46.011	0,4	92.544	5,3	659.752	2,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.015	5,9	2.545	3,4	515	1,0	3.077	3,6	5.605	1,7	2.324	-0,8	17.081	2,6
Construção Civil	15.208	-0,3	13.377	12,0	4.352	26,9	25.934	13,6	26.926	16,3	9.060	6,3	94.857	11,4
Comércio	64.788	5,6	66.370	6,6	18.177	5,8	104.412	6,9	74.863	6,1	55.998	5,0	384.608	6,1
Serviços	88.371	7,0	101.541	6,8	20.662	5,2	146.720	4,5	166.156	5,6	63.396	5,7	586.846	5,7
Administração Pública	3.918	13,8	4.553	2,3	799	3,2	8.949	-11,3	3.114	4,1	7.590	3,4	28.923	-0,6
Agrop. Ext. Vegetal, Caça e Pesca	19.789	1,4	6.264	0,0	9.739	-13,1	5.800	-3,9	2.172	-2,0	2.654	4,8	46.418	-2,8
Total	315.599	5,1	369.393	3,6	76.952	2,9	500.602	3,5	325.376	5,6	237.718	5,1	1.825.640	4,3

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração própria.

* Estoque de empregos em 31/12/2010 acumulado com o saldo de vagas registrados até de outubro de 2011.

3 – PERFIL DOS TRABALHADORES ADMITIDOS NO ACUMULADO DE 2011

Nos dez primeiros meses do ano de 2011 foram registrados no mercado de trabalho formal em Santa Catarina 990.525 novos vínculos celetistas, o que corresponde a uma variação de 5,1% em relação ao saldo do mesmo período do ano anterior. Pelos dados da tabela 2 é possível fazer um perfil dos admitidos no mercado formal de trabalho no tocante aos quesitos gênero, grau de instrução, faixa etária e remuneração. No primeiro quesito, a maioria dos trabalhadores formais admitidos no ano foi composta por homens (58%). Apesar da menor proporção, as mulheres tiveram uma maior expansão relativa no período 2010/2011, com um crescimento acima de 6% no ano.

Em se tratando do grau de instrução, 46% dos ingressantes no ano de 2011 possuíam ensino médio incompleto, proporção essa que foi seguida de perto pelos trabalhadores com o ensino médio completo (44%). Os empregados com ensino superior incompleto e completo totalizaram apenas 9,6% das vagas formais preenchidas. A análise do crescimento relativo no período confirma a exigência cada vez maior de instrução por parte dos trabalhadores, uma vez que tanto o ensino médio completo

quanto o superior apresentaram um crescimento anual expressivo (9,4% e 7,2%, respectivamente).

Já os jovens (até 24 anos) e os adultos confirmaram a tendência esperada de preenchimento da maioria das vagas formais no ano de 2011, quando ocuparam 42% e 53% das vagas, respectivamente. Todavia o interessante a se observar é o crescimento relativo na proporção de trabalhadores com idade acima 50 anos no mercado formal de trabalho, uma vez que no período entre 2010/2011 apresentaram um crescimento de 10,8%, ou seja, quase o dobro da média estadual. Esse comportamento pode estar atrelado ao aquecimento do mercado de trabalho no Estado nos últimos anos e a necessidade de se dispor de força-de-trabalho com maior nível de experiência e qualificação.

Tabela 2: Perfil dos Admitidos: Gênero, Grau de Instrução, Faixa Etária e Rendimento* Santa Catarina, janeiro a outubro de 2011**.

Itens		2011	%	Var. % (2010/11)
Gênero	Homens	574.640	58,0	4,4
	Mulheres	415.885	42,0	6,1
Grau de Instrução	Até Ensino Médio Incom.	459.541	46,4	1,0
	Ensino Médio Completo	435.929	44,0	9,4
	Ensino Superior Inc.e Comp.	95.055	9,6	7,2
Faixa Etária	Até 24 anos	417.406	42,1	4,4
	25 a 49	525.256	53,0	5,1
	50 ou mais	47.863	4,8	10,8
Remuneração	Homens	967,64	-	3,9
	Mulheres	809,82	-	2,7
	Total	901,47		3,4
	Extrativa	1.191,31	-	-0,4
	Indústria	906,97	-	4,8
	Ser. Ind. Utl. Pública	1.029,92	-	0,1
	Construção Civil	968,39	-	5,0
	Comércio	848,22	-	3,0
	Serviços	915,15	-	1,8
	Adm. Pública	1.269,86	-	4,5
	Agropecuária	778,47	-	1,6
Total	990.525	100	5,1	

* Rendimento Médio real segundo o INPC, de outubro de 2011;

** Não se levou em conta os ajustes das declarações fora do prazo.

Fonte: CAGED/MTE; Elaboração Própria

Quanto à remuneração média de admissão dos trabalhadores catarinense em 2011, observa-se o valor ficou em R\$ 901,00, sendo que para os homens esse montante ficou em R\$ 967,00 e para as mulheres em R\$ 809,00. Isso mostra que o diferencial de renda por gênero continua, uma vez que as mulheres que ingressaram no mercado formal de trabalho catarinense receberam, em média, 16,3% a menos que os homens.

Estas informações revelam que a desigualdade historicamente existente não foi eliminada como parece ter se ampliado no período analisado.

Do ponto de vista da remuneração por setores de atividade econômica, o maior crescimento real do salário de admissão ficou por conta da construção civil (5%) e da indústria (4,8%). Já a agropecuária, que possuía a menor remuneração de admissão dentre todos os setores (R\$ 778,00) apresentou um dos menores crescimentos (1,6%), ou seja, a metade da média estadual.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se dizer que o mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina apresentou um desempenho satisfatório no ano de 2011, com um crescimento anual contabilizado até o mês de Outubro da ordem de 4,74%. Contudo, ao se contrastar tal resultado com os anos anteriores (especialmente 2008 e 2010), verifica-se que Santa Catarina registrou uma desaceleração na geração deste tipo de ocupação.

Em parte, os impasses presentes no setor industrial podem estar contribuindo para este desempenho inferior, principalmente em função de sua expressiva participação nas regiões Norte Catarinense e o Vale do Itajaí. Já os setores da construção civil e de serviços se destacaram positivamente no período, sendo que o primeiro apresentou uma taxa de crescimento bem superior a taxa estadual, enquanto que o segundo ampliou seu peso no conjunto ocupacional do estado.

Finalmente, pode-se dizer que no ano de 2011 o mercado formal de trabalho assistiu à entrada de um contingente maior de mulheres e de trabalhadores mais idosos, além da admissão de empregados com um maior nível instrução formal.

BREVE PANORAMA DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE SANTA CATARINA

Sidnei Niederle¹

Lauro Mattei²

1 – POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

Os indicadores sociais de Santa Catarina há muito tempo vêm apresentando melhor comportamento do que a média observada para o conjunto da nação, especialmente no que se refere à menor desigualdade de renda entre os catarinenses e à menor desigualdade entre os municípios do estado, como também nas áreas da educação e saúde. Dados divulgados em dezembro de 2011 pelo IBGE referentes ao ano de 2009 mostram que o PIB per capita foi de R\$ 21.214,53, contra R\$ 16.917,66 do conjunto do país (IBGE, 2011). Todavia, 3% dos municípios catarinenses registraram naquele ano PIB per capita abaixo da mediana nacional, ou seja, menos de R\$ 8.395,00.

Para fins de dimensionamento da pobreza, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estabelece uma linha de pobreza, considerando o número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. Esta, por sua vez, é definida como sendo o dobro da linha de extrema pobreza. A linha de extrema pobreza, nesta metodologia, é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). São estimados diferentes valores desta cesta para 24 regiões do país. Para tanto, utiliza-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) como fonte de dados.

O gráfico 1 apresenta a evolução da taxa de pobreza e da extrema pobreza entre os anos de 1999 e 2009 para o Brasil e Santa Catarina. Nota-se claramente que vem ocorrendo uma redução na proporção de pobres em relação ao total da população (percentual de pessoas na população total com renda familiar per capita inferior à linha de pobreza). Em âmbito nacional, esta taxa era de 35% em 1999, cresceu até 2003 chegando a aproximar-se de 36% da população e caiu consideravelmente nos anos

¹ Economista e Mestrando em Geografia na UFSC. Email: sidneiniederle@yahoo.com.br

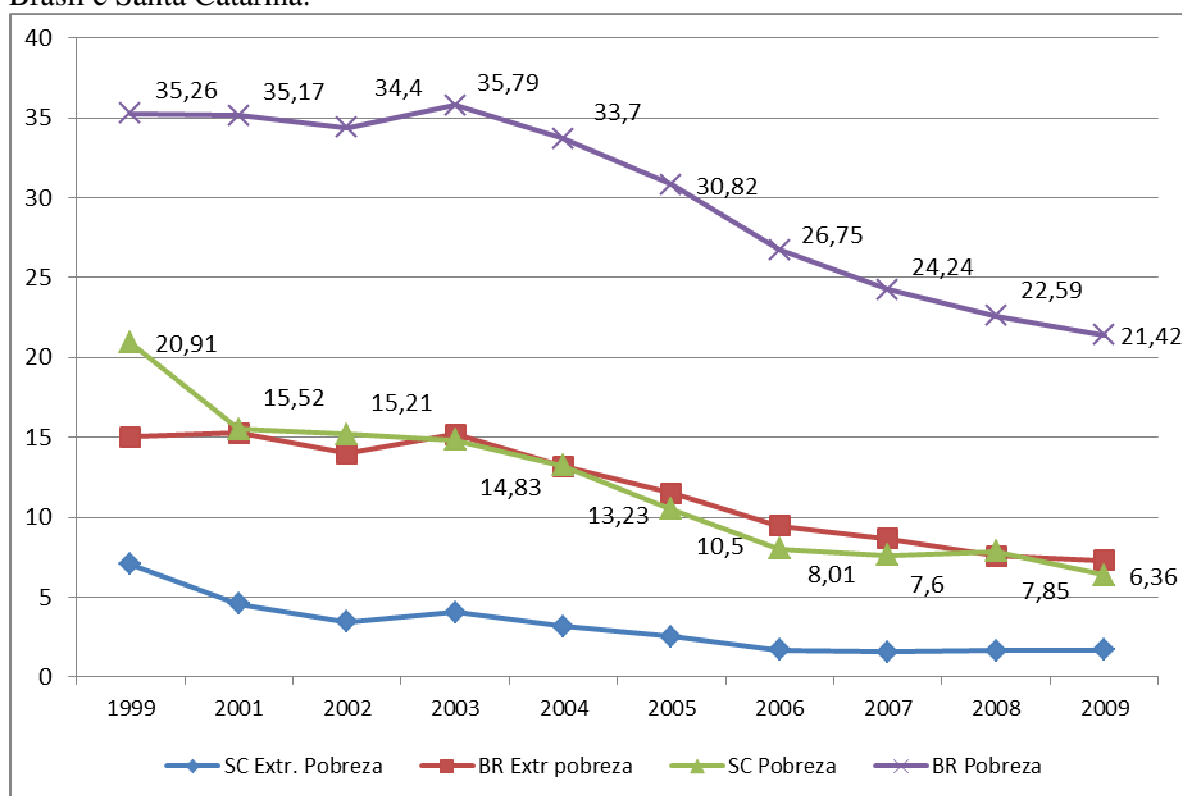
² Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia e do curso de Doutorado em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

seguintes, até chegar a pouco mais de 21% da população brasileira abaixo da linha da pobreza no ano de 2009.

Em Santa Catarina estes dados são estruturalmente diferentes, já que em comparação com as taxas nacionais o estado apresenta desempenho bem mais favorável. Em 1999 apenas 21% da população catarinense estavam abaixo da linha da pobreza. Ano após ano esta proporção foi caindo, chegando em 2009 com 6,3% da população nesta condição.

No caso da extrema pobreza, esta situação se repete, ficando as taxas nacionais consideravelmente superiores as de Santa Catarina. O movimento da linha que corresponde à extrema pobreza tem comportamento similar ao da pobreza no estado. Sai da faixa de 15% da população para a metade desse valor em 2009. Já para Santa Catarina esta proporção tendeu a 1% no final da década.

Gráfico 1: Evolução da taxa de pobreza e extrema pobreza entre 1999 e 2009. Brasil e Santa Catarina.



Fonte: IPEADATA

A tabela 1 apresenta a evolução da renda familiar per capita média para o total dos catarinenses; este mesmo tipo de renda para a população pobre; para os extremamente pobres; a renda média da parcela de 1% da população mais rica; e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda. A renda familiar média dos

extremamente pobres caiu de R\$53,24 em 1999 para R\$32,09 em 2009. Embora a quantidade de pessoas nesta situação tenha se reduzido no último ano considerado, as famílias que continuam nestas condições de renda têm grandes dificuldades para garantir sua alimentação básica, o que justifica a importância de políticas públicas para reverter este quadro.

Já a renda média familiar do contingente considerado pobre apresentou melhoras, indicando uma tendência de contínua melhoria a partir da saída da condição mais precária. Todavia, este valor médio (R\$127,42) no ano de 2009 ainda estava distante da renda média familiar do estado, que no mesmo ano era de R\$970,14. Isso mostra que a desigualdade de rendimento ainda é expressiva no estado, fato que pode ser comprovado pela distância existente entre a renda média do total da população e a renda média da parcela dos 1% mais ricos (catarinenses com as maiores rendas). Registre-se que em 2009 a renda familiar média do conjunto dos catarinenses representava apenas 10,4% da renda média dos 1% mais ricos.

Tabela 1: Evolução da renda familiar per capita - média dos catarinenses, segundo condição de renda e coeficiente de Gini entre 1999 e 2009. (R\$ de outubro de 2009).

População	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Pobres	108,93	115,17	118,71	123,33	127,42	116,08
Extremamente pobres	53,24	56,43	52,38	53,89	50,52	32,09
Renda domiciliar per capita - média	628,24	699,21	699,51	764,44	867,14	970,14
1% mais rico	6.677,50	7.766,26	6.066,80	6.612,85	8.366,31	9.300,91
Coeficiente de Gini - renda domiciliar per capita (0 a 1)	0,52	0,497	0,481	0,461	0,463	0,46

Fonte:IPEADATA

2 – O CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

Dimensionar o desenvolvimento socioeconômico alcançado por um município, ou outra dimensão territorial, é um importante exercício na perspectiva de se diagnosticar problemas ou gargalos, fazer planejamento e construir ações pró-desenvolvimento. É neste sentido que se utilizará o índice de desenvolvimento municipal, o qual contribui para uma melhor compreensão da realidade socioeconômica de SC.

Este índice foi criado pelo sistema FIRJAN (Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro) visando dimensionar o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), leva em conta três áreas do desenvolvimento, que por sua vez são expressas em três subíndices:

Emprego & Renda, Educação e Saúde. Estes índices são compostos por variáveis obtidas a partir dos dados oficiais divulgados pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), Educação (MEC) e Saúde (MS). Este índice, portanto, possibilita analisar informações referentes a aspectos do desenvolvimento humano, econômico e social.

O IFDM Emprego e Renda é calculado a partir dos dados do mercado formal de trabalho, considerando: a) a geração de emprego formal; b) o estoque de emprego formal e; c) salários médios do emprego formal. Já o IFDM Educação é obtido a partir da composição das seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil; taxa de abandono; taxa de distorção idade-série; percentual de docentes com ensino superior; média de horas aula diárias e resultado do IDEB. Por fim, o IFDM Saúde é obtido pelas variáveis: número de consultas pré-natal; óbitos por causas mal definidas e; óbitos infantis por causas evitáveis.

A edição 2011 do IFDM apresenta dados referentes ao ano de 2009, defasagem explicada pelo fato de os dados oficiais serem divulgados tardiamente, o que não o impede de ser a medida mais atual disponível no Brasil para se visualizar o estágio de desenvolvimento alcançado para cada município brasileiro. Este índice varia de 0 a 1, sendo que o nível de desenvolvimento é maior quanto mais o índice se aproxima de 1. Além disso, a FIRJAN propõe que se classifique os municípios em quatro diferentes estágios: **baixo**, para municípios cujo IFDM está entre 0 e 0,4; **regular**, com IFDM entre 0,4 e 0,6; **moderado**, entre 0,6 e 0,8 e **alto** estágio de desenvolvimento para municípios que apresentam um IFDM maior que 0,8.

2.1 - Panorama geral

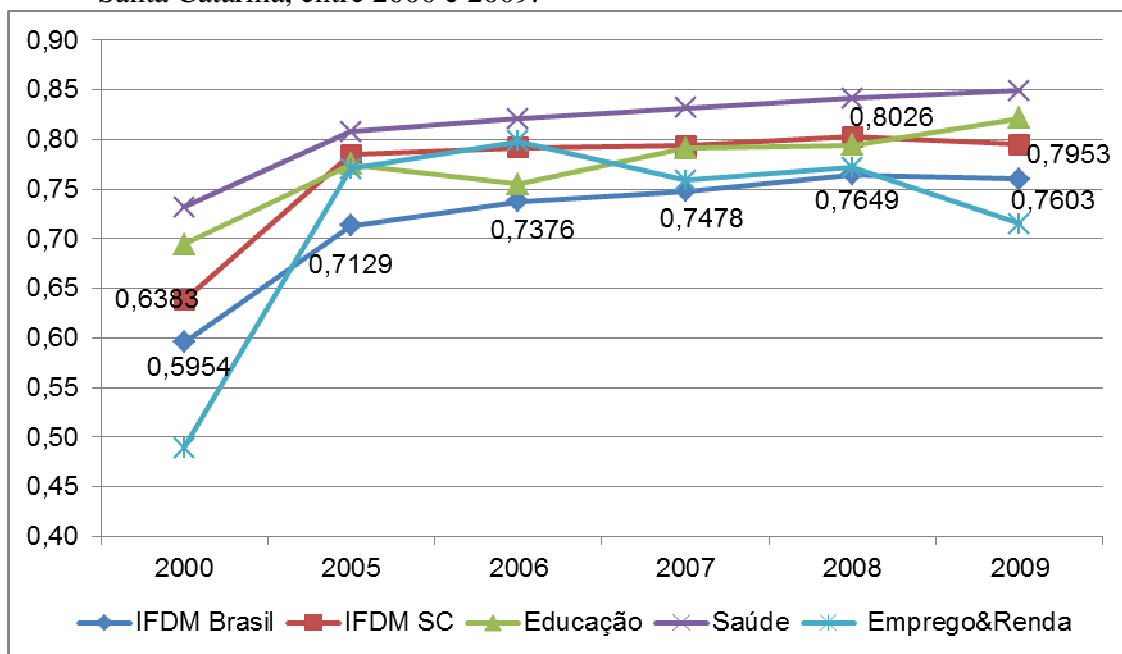
A conjuntura econômica influenciou diretamente o comportamento do índice ao longo da década analisada, já que impactou diretamente o mercado de trabalho e os próprios ganhos do trabalhador. Esta afirmação pode ser observada no gráfico 2, que mostra o índice agregado e desagregado por subsetor. No caso do subíndice Emprego e Renda, nota-se que ocorreu uma trajetória instável ao longo da década para esse subíndice em comparação com a trajetória seguida pelo IFDM agregado. Este fato ajudou a puxar para baixo o desempenho do IFDM de Santa Catarina no ano de 2009, mesmo que os índices de saúde e educação tivessem aumentado. Os efeitos da crise internacional a partir de 2008, que impactaram de maneira mais forte os estados

industrializados, como é o caso de Santa Catarina, explicam em grande medida essa trajetória do índice.

O IFDM do Brasil foi inferior ao registrado para o estado de Santa Catarina em toda a década. Assim, no ano de 2000 o índice era de 0,5954, passando para 0,7603 no ano de 2009. Para SC esses valores foram de 0,6383 e 0,7953, respectivamente.

O documento nacional da FIRJAN (2011) informa também que: a) entre os dez estados que apresentaram os melhores índices de desenvolvimento não consta nenhum estado das regiões Norte e Nordeste do Brasil; b) o estado de Santa Catarina ocupa o 4º lugar no ranking dos estados brasileiros, atrás de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro; c) ao se considerar apenas a componente Emprego e Renda, SC caiu para a 6ª colocação; d) considerando-se os demais componentes sociais, Santa Catarina ficou em segundo no ranking da educação e em 6º no ranking da saúde.

Gráfico 2: Evolução do IFDM Brasil, IFDM SC e subíndices para o estado de Santa Catarina, entre 2000 e 2009.



Fonte: FIRJAN

2.2 – Os 10 melhores e os 10 piores IFDM de Santa Catarina

A partir do IFDM calculado para cada município brasileiro em 2009 foi possível estabelecer um ranking entre os municípios com os maiores e os menores níveis de desenvolvimento. Este ranking pode ser utilizado agregadamente ou para cada subíndice

do IFDM. Este procedimento facilita a identificação de gargalos nos municípios menos desenvolvidos, bem como apresenta os fatores que estão determinando o comportamento do índice.

A tabela 2 apresenta os dez municípios de SC com os melhores índices, destacando-se a localização regional e sua posição no ranking nacional. Inicialmente nota-se que seis municípios são da mesorregião do Vale do Itajaí, um da Grande Florianópolis, um do Oeste e dois do Norte do estado. Nenhum município das mesorregiões Sul e Serrana faz parte do ranking dos dez primeiros colocados. Nos municípios de Indaial, Guaramirim e Florianópolis, observa-se que o subíndice emprego e renda contribuiu de maneira significativa, comparativamente aos demais indicadores para a formação do IFDM. Já para os demais municípios os resultados nas áreas da educação e saúde foram determinantes para o valor obtido pelo IFDM.

No âmbito geral, Santa Catarina possuía em 2009 apenas 17 do total de 293 municípios classificados na categoria definida pela FIRJAN como sendo de “alto estágio de desenvolvimento”. A grande maioria dos municípios catarinenses (263) foi classificada como apresentando desenvolvimento moderado (0,6 a 0,80), enquanto apenas 13 foram considerados de desenvolvimento regular, com índices menores a 0,6.

Observa-se, ainda, que alguns municípios que em 2009 apresentaram índices superiores a 0,8 (alto estágio de desenvolvimento), no ano de 2000 encontravam-se em uma situação inferior de desenvolvimento. Neste caso, deve-se destacar os municípios de Chapecó e Balneário Camboriú que entre 2000 e 2009 tiveram uma variação positiva no índice de 32,4% e 30,4%, respectivamente. Florianópolis apresentou uma variação de 25,3% e Blumenau de 21,3% no mesmo período. Apenas Brusque teve uma variação menor (7,6%), porém como em 2000 este município já se encontra com um índice elevado (0,79), isso contribui para explicar a sua presença entre os três municípios catarinenses com os maiores índices de desenvolvimento.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Municipal segundo ranking dos 10 primeiros municípios de Santa Catarina e sub-índices. Anos de 2009 e 2000.

Ranking IFDM 2009		Mesorregião	Municípios SC	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM 2000	Variação 2000-2009
Nacional	Estadual								
39°	1°	Vale do Itajaí	Blumenau	0,8700	0,8462	0,8832	0,8805	0,7172	21,3%
42°	2°	Gde. Florianópolis	Florianópolis	0,8679	0,8959	0,8284	0,8793	0,6928	25,3%
56°	3°	Vale do Itajaí	Brusque	0,8561	0,8015	0,8620	0,9049	0,7958	7,6%
70°	4°	Vale do Itajaí	Pomerode	0,8492	0,7344	0,8856	0,9274	0,7664	10,8%
87°	5°	Norte	Joinville	0,8406	0,8204	0,8391	0,8624	0,6974	20,5%
92°	6°	Oeste	Chapecó	0,8393	0,7391	0,8679	0,9108	0,6339	32,4%
104°	7°	Vale do Itajaí	Timbó	0,8366	0,7082	0,9121	0,8895	0,7488	11,7%
109°	8°	Vale do Itajaí	Indaial	0,8357	0,8486	0,8418	0,8167	0,7019	19,1%

118°	9°	Norte	Guaramirim	0,8338	0,8408	0,8274	0,8330	0,6945	20,1%
120°	10°	Vale do Itajaí	Balneário Camboriú	0,8327	0,7542	0,8041	0,9397	0,6384	30,4%

Fonte: FIRJAN

Outro aspecto que chama atenção na lista dos dez melhores índices é a presença significativa de municípios da mesorregião do Vale do Itajaí. Neste caso, verifica-se a expressiva participação dos índices das variáveis sociais Educação e Saúde, os quais foram visivelmente superiores ao subíndice Emprego e Renda.

Uma situação bem oposta ao apresentado anteriormente pode ser observada na tabela 3, que mostra os dez municípios com os piores IFDM do estado. De acordo com a metodologia do índice agregado, todos esses municípios são classificados com nível regular de desenvolvimento, demonstrando que praticamente não houve progresso significativo no período considerado. Isso significa que nestas localidades estão relativamente estagnadas e com baixas capacidades de respostas as variáveis que influenciam negativamente o índice.

O fato que mais chama a atenção é que sete dos dez municípios com os piores índices de desenvolvimento localizam-se na mesorregião Serrana de Santa Catarina. Os demais se encontram na mesorregião Norte (1 município) e na região Oeste Catarinense (2 municípios). O fato comum que ocorreu em todos esses municípios foi o baixo desempenho do subíndice Emprego e Renda, que é formado a partir de dados do mercado formal de trabalho. Isto indica que o estoque de postos formais de trabalho, as taxas de formalização e os níveis salariais nestes municípios situam-se em patamares extremamente baixos. Neste caso, destaca-se negativamente o município de Ponte Alta do Norte, que em 2009 apresentou um subíndice de emprego e renda de apenas 0,15. Isto significa uma enorme diferença comparativamente ao município de Blumenau, que obteve o primeiro lugar neste subíndice, com valor de 0,84.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Municipal segundo ranking dos 10 últimos municípios de Santa Catarina e sub-índices. Anos de 2009 e 2000.

Ranking IFDM 2009		Mesorregião	Municípios SC	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde	IFDM 2000	Variação 2000-2009
Nacional	Estadual								
3628°	284°	Oeste	Ipuaçú	0,5936	0,4097	0,6701	0,7011	0,6331	-6,2%
3674°	285°	Serrana	Painel	0,5913	0,3293	0,7719	0,6726	0,4947	19,5%
3764°	286°	Serrana	Santa Cecília	0,5861	0,3503	0,7125	0,6955	0,5837	0,4%
3926°	287°	Serrana	Monte Carlo	0,5772	0,3511	0,7545	0,6261	0,4817	19,8%
4111°	288°	Oeste	Lebon Régis	0,5681	0,2793	0,6626	0,7625	0,4413	28,8%
4179°	289°	Serrana	Brunópolis	0,5645	0,3350	0,7123	0,6462	0,5032	12,2%
4248°	290°	Serrana	Frei Rogério	0,5603	0,2703	0,7484	0,6623	0,5018	11,7%
4524°	291°	Serrana	São Cristovão do Sul	0,5421	0,3518	0,6562	0,6182	0,5573	-2,7%
4703°	292°	Norte	Timbó Grande	0,5319	0,2773	0,5837	0,7347	0,4803	10,7%
4910°	293°	Serrana	Ponte Alta do Norte	0,5171	0,1574	0,6904	0,7035	0,4908	5,3%

Fonte: FIRJAN

Outro fato importante observado é que na comparação com o IFDM de 2000, dois municípios (Iguaçu e São Cristóvão do Sul) apresentaram desempenho negativo no ano de 2009 de -6,2% e -2,7%, respectivamente. Já o município de Leblon Régis apresentou um desempenho positivo em 2009, sendo que para isso contribuiu decisivamente o alto índice na área de saúde (0,76) obtido no último ano. Finalmente, nota-se que nos municípios de Painel e Monte Carlo, que no período apresentaram evolução de 19,5% e 19,8%, respectivamente, a formação do IFDM de 2009 foi fortemente influenciada pelo subíndice educação.

Em síntese, pode-se afirmar que em todos estes municípios com os piores desempenhos no estado foram os subíndices educação e saúde que elevaram o IFDM destes municípios para a condição de desenvolvimento regular.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o índice de que tratamos neste texto possa não captar todas as características do desenvolvimento socioeconômico dos municípios, ele apresenta-se como importante ferramenta para orientar ações de políticas públicas e auxiliar na análise da realidade catarinense. Além disso, o IFDM é a medida mais atual para se dimensionar os níveis de desenvolvimento dos municípios e, diferentemente de outros bancos de dados - como o estudo sobre o PIB municipal divulgado em dezembro de 2011 pelo IBGE – ele capta também aspectos de ordem social, particularmente nas áreas de educação e saúde, além de uma dimensão produtiva (nível de emprego).

Da mesma forma, os dados sobre pobreza e desigualdade ajudam a lançar luz sobre os desafios que ainda estão presentes na primeira década do século XXI no âmbito do estado de Santa Catarina.

A título de conclusões, pode-se dizer que:

1) os níveis de pobreza e pobreza extrema são menores em Santa Catarina comparativamente ao conjunto do país. Isto sugere que se a queda destes indicadores continuar, a pobreza extrema poderá ser erradicada no estado nos próximos anos. Assim, nota-se que as condições de renda do contingente pobre da população vêm melhorando, porém a desigualdade se mantém como uma característica negativa da sociedade catarinense;

2) o estado apresenta melhores resultados comparativamente ao país em toda a série do IFDM analisada, sendo que mesmo com oscilações conjunturais na variante

emprego e renda, o índice agregado se mantém praticamente estável, tendo sido sustentado pelos resultados positivos obtidos nas áreas de Educação e Saúde;

3) verifica-se que praticamente todos os municípios melhor colocados no ranking dos maiores índices (IFDM) estão localizados na mesorregião do Vale do Itajaí;

4) na mesorregião da Grande Florianópolis chama atenção que apenas a capital aparece entre os dez primeiros municípios do ranking estadual. Em grande medida, essa colocação pode ter sido garantida pelos resultados positivos na esfera de emprego e renda;

5) na mesorregião Serrana localizam-se sete dos dez municípios que ocupam as piores colocações no ranking do IFDM do estado de SC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IFDM EDIÇÃO 2011 – ANO BASE 2009. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (ifdm). Diretoria de Desenvolvimento Econômicos – DDE e Gerência de Estudos Econômicos – GEE da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. Contas Nacionais nº 35. Rio de Janeiro, 2011.